RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2019

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, referentes ao primeiro semestre de 2019. Com o especial agradecimento ao nosso colaborador, à fidelidade do cliente Banco da Amazônia e à credibilidade que dispomos na sociedade em geral, comemoramos o fechamento do período com lucro de R$59,1 milhões, frente a R$26,2 Milhões de prejuízo no 1º semestre do ano anterior.

Saldo positivo marcado, sobremaneira, pela evolução do resultado operacional, alavancado pela recuperação de créditos baixados como prejuízo, da ordem de R$16,9 milhões neste semestre; elevação nas Receitas de prestação de serviços - crescimento de 4,7% - e Receitas de tarifas bancárias, que apresentou crescimento de 21,8%; rigoroso acompanhamento das despesas administrativas, que apresentaram decréscimo de 4,5%; incremento nas aplicações de crédito, elevando o Del Credere FNO em 6,3%.; além da redução de 55,1% nas Despesas com operações de empréstimos e repasses.

A despeito do cenário desafiador, o Banco da Amazônia acredita no vasto potencial econômico e negocial da Região e na disposição para a realização de bons negócios. A fim de garantir resultados sólidos e crescentes, o Banco fortalece seus projetos e investimentos em modernização tecnológica, fomenta o ambiente criativo para seu corpo funcional, mantém em constante aperfeiçoamento no Portfólio de produtos e serviços, realiza acompanhamento quanto ao modelo de atendimento e atuação da rede de Agências e Superintendências, sempre visando à satisfação e a melhor experiência do nosso cliente.

1. PANORAMA ECONÔMICO

As perspectivas de crescimento mundial para 2019 foram revisadas de 3,7% para 3,3%, considerando o cenário de desaceleração comercial e incertezas, sendo as disputas comerciais entre Estados Unidos e China uma das maiores preocupações.

Dentre as principais economias, os Estados Unidos registraram avanço de 3,1% do PIB no 1º trimestre de 2019, mas já apresentam sinais de que o ritmo de crescimento deve desacelerar no segundo trimestre. Na União Europeia, a projeção de crescimento do PIB para 1,2% neste ano representa uma variação negativa de -0,2% em relação à projeção de outubro de 2018. A Alemanha com sua economia no pior momento desde 2012, também teve seu crescimento reavaliado para 0,8% ao ano. Esse cenário apresenta perspectivas desanimadoras, dada a importância que esses países representam para o comércio mundial; portanto, o parco desempenho também poderá se refletir na redução das trocas comerciais.

No caso dos emergentes, o FMI projeta um crescimento de 4,4% em 2019. No entanto, a crise vivida na Argentina tem afetado, sobremaneira, as exportações brasileiras.

Na economia doméstica, os indicadores registraram desempenho compatível com o nível de expectativas dos agentes em torno do desdobramento da aprovação das reformas. Isso porque muito da retomada do PIB está atrelada ao ambiente político, já que o equilíbrio nas contas públicas é imprescindível para garantir a confiança dos investidores na solvência do país.

Em maio, a produção industrial brasileira registrou um recuo de 0,2% frente ao mês anterior, sendo a terceira queda mensal no ano. Dentre as atividades pesquisadas pelo IBGE, 18 das 26 registraram redução na produção. O principal impacto negativo no total da indústria foi registrado em veículos automotores, reboques e carrocerias (-2,4%). No lado oposto, entre os oito segmentos que assinalaram avanços na produção, o mais significativo foi da indústria extrativa que cresceu 9,2%, compensando parte das perdas acumuladas nos quatro primeiros meses do ano (-25,6%), em função do excesso de chuvas, dos riscos de rompimento de barragens de mineração (a exemplo de Brumadinho) e de contaminação de reservas indígenas (IBGE).

O desempenho do comércio varejista restrito, que exclui as vendas de veículos, motos, partes e peças, e material de construção, deve continuar em crescimento modesto ao longo de 2019. Nos quatro primeiros meses desse ano, as vendas do varejo cresceram 0,6%, em comparação com o mesmo período de 2018.

No mercado de trabalho, de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego caiu para 12,3% no trimestre encerrado em maio, passando de 16 para 13 milhões de pessoas atingidas.

A balança comercial do país registrou, no primeiro semestre de 2019, superávit de US$ 27,13 bilhões, com as exportações alcançando US$ 110,9 bilhões e as importações US$ 83,77 bilhões – dados do Ministério da Economia. O resultado representa um recuo de 9,6%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Na Amazônia Legal, o impacto da crise econômica tem sido amenizado, principalmente, pelo bom desempenho da indústria extrativa na região. De acordo com levantamento da consultoria Tendência, seis estados brasileiros devem superar, ainda este ano, os efeitos provocados por essa instabilidade. Dentre eles, quatro estão na Amazônia Legal: Pará, Mato Grosso, Roraima e Rondônia.

O saldo da balança comercial da região, no primeiro semestre do ano, foi positivo, no valor de US$ 10,22 bilhões, sendo os estados de Mato Grosso e Pará os maiores responsáveis por esse superávit, principalmente, pela exportação de soja no primeiro e, de minérios, no segundo. Do saldo total exportado, Mato Grosso e Pará foram responsáveis por 80% no período de janeiro a junho de 2019.

Diante deste cenário, da expectativa de crescimento econômico com o período do novo do plano safra 2019/2020 e da retomada da confiança pelos empreendedores, o Banco voltará esforços a financiar projetos e empreendimentos rurais em toda a Amazônia Legal, sempre com foco na concessão de crédito para os municípios menos desenvolvidos e classificados como prioritários.

Continuará atuando no fortalecimento das ações creditícias com atenção especial para a implantação da centralização do cadastro, bem como na continuidade do processo de transformação digital, tornando o Banco referência na Amazônia, com abrangência em todos os estados da região norte, visando à redução da desigualdade social e regional.

Ações Estratégicas

Para o alcance dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico ciclo 2017-2021, o Banco tem confirmado seu compromisso com o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, por meio do aprimoramento de seus processos e do desenvolvimento de novas ferramentas de crédito, assegurando o comprometimento da alta governança com a execução do plano estratégico e o cumprimento da missão institucional.

Para a consecução de tais objetivos estratégicos estão em andamento planos de ação e projetos corporativos, como o Programa de Transformação Digital, iniciado em novembro de 2018. A execução das ações do plano estratégico alcançou o índice de consecução de 69,86%, no encerramento do 1º semestre de 2019.

Trilhando o caminho em cumprimento a sua Missão Institucional e com o objetivo de tornar-se o principal Banco da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos, foram aprovados: o Plano de Negócios; a metodologia para acompanhamento deste Plano; novas métricas de acompanhamento do planejamento estratégico; e a revisão dos planos de ação do planejamento estratégico, a serem implantadas no segundo semestre de 2019. O objetivo é alcançar resultados que atendam às políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região: criação de novas oportunidades de trabalho; redução da pobreza; inclusão social; fortalecimento da economia de base familiar; crescimento das micro e pequena empresas, entre outros benefícios.

Projetos Corporativos

Alinhados às estratégias de negócios e melhoria de governança, no 1º semestre de 2019, o Banco vem atuando em projetos corporativos visando desenvolver novas tecnologias e programas de inovação, incentivando um ambiente criativo dentro da Instituição.

Na área de Pessoas, o Banco vem trabalhando para implantar um novo modelo de Gestão de Pessoas, através da reestruturação dos processos de RH e da implantação do novo sistema de Gestão de Pessoas, buscando o perfeito alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas, táticas e operacionais do Banco. No mesmo sentido, o Projeto e-Social, visa à unificação eletrônica da prestação das informações contábeis referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos empregados do Banco da Amazônia.

No que tange ao relacionamento com clientes, o Banco investe na Centralização do Cadastro, objetivando a centralização das etapas de verificação, validação, complementação e renovação do processo de cadastro dos clientes com a automatização de processos.

Na busca pelo fortalecimento constante de sua Governança Corporativa, o Banco busca implantar a política de segurança da informação e comunicação, com o objetivo implementar as diretrizes e controles de Segurança da Informação e Comunicação, na forma prevista na POSIC – Política e Controles de Segurança da Informação e Comunicação.

Com relação à área de tecnologia, o Banco atua no Desligamento do Mainframe, com o objetivo de garantir que seus sistemas, tanto departamentais quanto corporativos, estejam sobre uma nova plataforma moderna, atualizada e menos custosa. Da mesma forma, o Banco vem implantando o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, no intuito de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito. Desta forma, o Banco avança em seu objetivo de modernização da arquitetura tecnológica dos sistemas, fortalecendo, ainda mais, os projetos de inovação e transformação digital da empresa, incentivando com seus projetos, não só a atualização do ferramental, como também a mudança de cultura das pessoas.

2. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e integrado da Região Norte mediante a concessão de financiamentos aos setores produtivos regionais, inclusive comércio e prestação de serviços

O FNO tem como finalidade reduzir a desigualdade social na Amazônia, por meio do acesso ao crédito com taxas e prazos diferenciados. Como administrador do FNO, o Banco da Amazônia pugna por uma Amazônia próspera, ambientalmente correta e com soluções viáveis para o progresso de sua gente.

Parcerias FNO com Governos Estaduais

No primeiro semestre de 2019, o Banco da Amazônia esteve presente nos 09 Estados da Amazônia Legal para firmar parcerias com os governos estaduais por meio da assinatura de Protocolos de Intenções. Os Estados do Amapá, Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Roraima, juntamente com o Banco da Amazônia, envidam esforços para garantir a aplicação

do crédito disponibilizado pelo Banco, principalmente, o FNO, nas mais diversas atividades econômicas prioritárias da região na forma da PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

FNO 30 Anos

No ano em que o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) completa 30 anos de regularização, o Banco da Amazônia lança importante ação de comemoração visando à melhoria de resultados. Para isso, cria o Grupo de Trabalho – GT FNO 30 Anos, cujos propósitos estão na divulgação dos impactos do fundo na Região e excelência nos resultados além de buscar atingir o maior número de municípios, levando informações sobre as linhas de crédito e oportunidades de investimento, prospectando negócios e firmando novos contratos. Oportunidade em que apresenta os resultados alcançados com os recursos do FNO ao longo desses 30 anos de atuação na Região, afirmando sua missão na contribuição ao Desenvolvimento Regional e redução das desigualdades inter e intrarregional.

Dentre as ações de promoção e divulgação do FNO, foi criado um grupo trabalho que mapeou 92 municípios com menor índice de contratação de FNO nos últimos cinco anos. Foi destinada atenção prioritária a estes municípios, tendo sido visitados 51 neste primeiro semestre e os 41 restantes serão contemplados até o fim do ano. A Instituição vem realizando seminários integrados (FNO-Itinerante) nestes municípios, em parceria com entidades da sociedade civil, Ministério do Desenvolvimento Regional e participação do SEBRAE, governos estaduais e municipais; além de ampla cobertura jornalística pela imprensa local.

No período de 2010 a junho de 2019, foram realizados 213 seminários do FNO-Itinerante contemplando municípios de todos os estados da Região Norte, em especial os de baixa renda com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada. Em 2019, também foi realizada outra importante iniciativa com esse propósito, e em alusão aos 30 anos do Fundo – os Encontros do FNO 30 anos.

Crédito de Fomento - FNO

Para o ano de 2019, estão disponíveis para investimentos na região R$ 9,3 bilhões.

Há boas perspectivas para as contratações no ano de 2019, devido a criação de novas ferramentas e atuação do Banco que contribui para melhorias na celeridade da resposta ao crédito com automatização dos processos internos. Vale o destaque para a inclusão, no Plano de Aplicação do FNO 2019, de duas novas linhas de financiamento, o FNO–ENERGIA VERDE e FNO–INFRAESTRUTURA.

A inclusão dessas linhas representa aumento de oportunidades para geração de negócios, otimizando a utilização dos recursos disponíveis, sob a forma de programas diversos, com foco no atendimento, de forma digna, dos mais de 18 milhões de amazônidas que vivem em 450 municípios da Região Norte.

No 1º semestre de 2019, foram contratadas, com recursos do FNO, 7.448 operações de crédito, no valor de R$ 2.982,5 milhões, crescimento de 58,2% em comparação ao 1º semestre de 2018, quando foi contratado o valor de R$ 1.885,1 milhões.

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no 1º semestre de 2019 priorizaram os empreendimentos de menor porte - agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte - com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

valores em mil (R$)

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário						
	1ºS2019		1ºS2018		Operações	Valores
PORTE	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Δ %	Δ %
Mini/micro	4.811	286.228	5.947	318.693	-19,10	-10,18
Pequeno	2.042	844.859	1.505	534.395	35,68	58,09
Pequeno/Médio	256	381.869	239	304.857	7,11	25,26
Médio	263	621.336	144	449.679	82,63	38,17
Grande	76	848.225	60	277.507	26,66	205,65
TOTAL	**7.448**	**2.982.517**	**7.895**	**1.885.132**	**-5,66**	**58,21**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

O setor rural contratou R$ 1.689,4 milhões (56,6% das contratações) e os demais setores R$ 1.293,1 milhões (43,4%), conforme Tabela abaixo:

valores em mil (R$)

FNO - Contratações por Setor Econômico						
	1ºS2019		1ºS2018		Operações	Valores
SETOR ECONÔMICO	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Δ %	Δ %
Rural	5.449	1.689.389	6.400	1.105.190	-14,85	52,85
Demais setores	1.999	1.293.128	1.495	779.942	33,71	65,79
TOTAL	**7.448**	**2.982.517**	**7.895**	**1.885.132**	**-5,66**	**58,21**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

No 1º semestre de 2019, o FNO foi operacionalizado através de cinco programas de financiamento, demonstrados na tabela abaixo. Dentre eles, o Programa FNO-Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam a todos os setores e empreendimentos regionais, foi o que apresentou o melhor desempenho, com a contratação de R$ 2.592,6 milhões, correspondendo a 86,9% do total contratado, seguido pelo Programa FNO-MPEI, com o valor de R$ 199,3 milhões (6,7%), e o Programa FNO-PRONAF, com R$ 160,8 milhões (5,4%).

valores em mil (R$)

FNO - Contratação por Programa de Financiamento			
PROGRAMA	1ºS2019	1ºS2018	Δ (%)
FNO-PRONAF	160.822	194.946	-17,50
FNO-Amazônia Sustentável	2.592.620	1.553.607	66,87
FNO-ABC/Biodiversidade	29.539	19.157	54,19
FNO-MPEI	199.299	117.442	69,72
FNO-FIES	237	-	-
TOTAL	**2.982.517**	**1.885.132**	**58,21**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Considerando as contratações do FNO por Estado, a demanda pelo crédito dos Estados é influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de infraestrutura logística eficiente, a estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a existência de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local.

Valores e mil (R$)

FNO - Contratações por Estado					
ESTADO	1ºS2019		1ºS2018		Δ
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	%
Acre	109.776	3,7%	75.401	4,0%	45,5
Amapá	21.546	0,7%	70.728	3,8%	-69,5
Amazonas	393.011	13,2%	134.387	7,1%	192,4
Pará	945.865	31,7%	548.669	29,1%	72,3
Rondônia	822.876	27,6%	509.182	27,0%	61,6
Roraima	61.226	2,1%	14.583	0,94%	319,8
Tocantins	628.218	21,1%	532.183	28,2%	18,0
TOTAL	**2.982.517**	**100,0%**	**1.885.132**	**100,0%**	**58,21**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Em 2019 o Banco deve operacionalizar os repasses de recursos para as instituições operadoras credenciadas, como Bancos, Cooperativas e Agências de Fomento, as quais devem possuir Limite de Crédito (LC) para a finalidade de repasse. O valor do LC será definido conforme a análise do Banco e seguindo as boas práticas de risco e de crédito, possibilitando o atendimento de um número maior de pessoas com os recursos do FNO, uma vez que as Instituições operadoras atuam em públicos diferenciados.

Os impactos gerados com a aplicação do crédito de fomento no 1º semestre de 2019 são fundamentais para a economia regional, tendo em vista sua significativa participação na elevação do produto, na renda, salários e arrecadação de tributos internos e em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos.

Novos Produtos - FNO

Além de duas novas linhas divulgadas no Plano de Aplicação do FNO 2019, adicionalmente, destacamos:

FNO – Energia Verde Setor Não Rural

O Banco da Amazônia lançou o FNO - Energia Verde Não Rural, produto voltado ao financiamento de sistema de geração de energia elétrica através da utilização de solução de painéis fotovoltaicos, tendo como público alvo as micro e pequenas empresas e pessoas físicas, inclusive empregados do Banco.

FNO - Financiamento Estudantil – FIES

O Banco da Amazônia disponibiliza produto de financiamento destinado a estudantes de curso superior não gratuito, com avaliação positiva do Ministério da Educação – MEC, FNO – Financiamento Estudantil – FIES.

O objetivo é contribuir para o desenvolvimento do setor produtivo da Região Norte, bem como aprimorar a qualificação dos profissionais e acelerar o desenvolvimento regional. Esse produto de financiamento é direcionado a estudantes com renda familiar per capta de 3 até 5 salários mínimos.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

No 1º semestre de 2019, o Banco da Amazônia apresentou lucro de R$59,1 milhões, ante a um prejuízo de R$26,2 milhões no 1º semestre de 2018.

O resultado do semestre foi marcado pela evolução positiva do resultado operacional quando comparado ao 1º semestre de 2018. Houve crescimento de receitas importantes como Tarifas, Recuperação de Crédito e da Carteira TVM, além de maior controle nas Despesas Administrativas, reduzidas em 4,5%. Apesar dos pontos positivos, o período foi fortemente impactado pela elevação atípica de provisões de crédito, com o maior impacto ocorrendo na carteira Banco - o que não inclui operações de FNO - com crescimento de 102,2%, causado por agravamento de risco.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional acumulado no período foi de R$74,2 milhões, apresentando crescimento de 46,7% referente ao 1º semestre do ano anterior, cujo valor foi de R$50,6 milhões.

As maiores variações ocorreram nos itens: **Recuperação de créditos baixados como prejuízo** – elevação de 26,7%, impactado pelo aumento das recuperações de crédito na carteira de fomento, exceto FNO, alcançando o montante de R$16,9 milhões neste semestre, face ao valor de R$13,3 milhões obtido no mesmo período do ano anterior; **Receitas de prestação de serviços** – aumento de 4,7%, impactadas principalmente pelas rendas de administração dos fundos, em razão do maior volume de repasses de recursos do FNO; **Receitas de tarifas bancárias** – crescimento de 21,8% encerrando o período com R$64,6 milhões, ante ao valor de R$53,0 milhões alcançado no 1º semestre de 2018, impactado, principalmente, pelo incremento em tarifas de pessoas físicas, como tarifas de avaliação socioambiental e tarifa flat, ambas incidentes sobre operações de crédito rural; **Del Credere FNO** – integrante do grupo de outras receitas operacionais que apresentou incremento de 6,3%, encerrando o 1º semestre de 2019 com R$315,9 milhões, em relação à R$297,1 do 1º semestre de 2018. A elevação ocorreu pelo maior volume das aplicações de crédito; **Rendas de operações de crédito** – redução de 8,0%, encerrando o semestre com o montante de R$178,1 milhões, quando comparado ao valor de R$193,5 milhões obtido no 1º semestre de 2018; **Despesas com operações de empréstimos e repasses** – redução de 55,1%, em função do registro no 1º semestre de 2018, no valor de R$65,4 milhões, da remuneração/atualização do IECP remanescentes dos exercícios anteriores, conforme termo de conciliação entre o Banco e a Secretaria Tesouro Nacional; **Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos (PCLD)** - crescimento de 102,2%, sendo o maior impacto na carteira de operações de crédito do Banco, exceto FNO. Os incrementos foram motivados principalmente pelo agravamento de risco, atraso e arrasto; **Outras despesas administrativas** – decréscimo de 4,5%, com destaque de redução nas despesas com Processamento de Dados, Comunicação, Transporte e Propaganda e Publicidade.

Crédito Comercial

A carteira comercial encerrou o 1º semestre de 2019 com R$1.185,3 milhões, apresentando crescimento de 18,7%, comparativamente ao mesmo período de 2018, que encerrou com R$998,9 milhões, demonstrando a ampliação do crédito. Os acréscimos mais relevantes ocorreram na modalidade Empréstimos, registrando aumento de 21,7% fechando o semestre com R$1.125,7 milhões, ante ao valor de R$925,3 milhões no 1º semestre de 2018.

Receita de Recuperação de Crédito

No 1º semestre de 2019 foi alcançado o total de R$53,2 milhões, contra R$60,0 milhões no mesmo período do ano anterior, na carteira geral do Banco, incluindo FNO. A queda foi impulsionada pela redução nas recuperações do FNO, sendo R$36.245 mil no 1º semestre de 2019, ante o valor de R$46,6 milhões no 1º semestre de 2018.

O 1º semestre de 2018 foi impactado pela execução da Lei nº 13.340/2016, que autorizou a renegociação e liquidação das dívidas do crédito rural. Ressalta-se que o prazo da referida Lei foi prorrogado até 30/12/2019:

Para o 2º semestre, o Banco continuará atuando no público alvo da referida lei, bem como vem adotando estratégias, como campanhas específicas voltadas à recuperação de crédito.

Receita de Tarifas Bancárias

A receita de tarifas no 1º semestre de 2019 foi de R$64,6 milhões, apresentando crescimento de 21,8% comparando ao mesmo período de 2018, que foi de R$53,1 milhões. A elevação das receitas está relacionada a expansão do crédito e crescimento das vendas de produtos e serviços que agregam, principalmente, receitas em tarifas de pessoas físicas, como tarifas de avaliação socioambiental e tarifa flat, ambas incidentes sobre operações no crédito. Nas tarifas de pessoas jurídicas o crescimento se deu em função das tarifas de operações de crédito, especificamente nas de análise da viabilidade econômica e avaliação socioambiental.

Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Ao final do 1º semestre de 2019, a carteira de TVM alcançou o montante de R$12.284,4 milhões, aumento de 12,6% quando comparado ao 1º semestre de 2018. A variação decorreu, principalmente, do incremento de recursos do FNO e da valorização dos títulos.

A Carteira está composta por 84,4% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e de 15,6% de títulos privados que estão aplicados em Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros, com ratings AAA, AA e A, demonstrando, assim, a posição conservadora da Política de Aplicação da Tesouraria.

O Resultado das operações com Títulos e Valores Mobiliários atingiu R$470,2 milhões neste primeiro semestre, contra R$425,9 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando aumento de 12,7%. As Rendas com Títulos de Renda Fixa contribuíram com R$383,1 milhões contra R$344,5 milhões no 1º semestre de 2018. Essa elevação ocorreu especificamente nas LFT's, encerrando o período com R$9.410,8 milhões, contra R$8.416,1 milhões no mesmo período do ano passado.

Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter o valor de R$709,7 milhões em títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento".

Captação de Recursos

Depósitos: essa captação encerrou o 1º semestre de 2019 com saldo de R$4.472,3 milhões, comparado a R$4.017,7 milhões no 1º semestre de 2018, tendo como maior participação os depósitos a prazo, correspondendo a 64,5% desse total.

LCA: as Letras de Crédito do Agronegócio encerraram o 1º semestre de 2019 com saldo de R$261,8 milhões, ante ao saldo de R$263,4 milhões no mesmo período do ano passado.

Obrigações por Repasses: No intuito de ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco dispõe de outras fontes, especialmente BNDES/FINAME e FDA. O saldo dessas captações, exceto câmbio, no encerramento do 1º semestre de 2019 foi de R$774,7 milhões, ante o valor de R$771,2 milhões relativo ao 1ºsemestre de 2018.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2019 com Patrimônio Líquido de R$2.008,8 milhões, apresentando elevação de 6,7% em relação ao mesmo período de 2018, quando apresentou o valor de R$1.882,4 milhões.

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar - compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação - é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2019 encerrou com índice de 11,9%, contra 13,3% no 1º semestre de 2018.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

No 1º semestre de 2019, o Banco realizou mais um Encontro Nacional com todos os seus Gestores, oportunidade na qual se procedeu uma análise dos resultados alcançados em 2018 e foram aprovadas diretrizes e estratégias para alcançar as metas definidas para o exercício de 2019.

Neste 1º semestre, o Conselho de Administração aprovou o Plano Anual de Comunicação para o exercício de 2019 que tem como objetivo disciplinar e orientar a comunicação e o relacionamento do Banco com seus stakeholders. Este plano foi de grande importância para o Banco fortalecer sua Governança Corporativa.

O mesmo Conselho aprovou ajustes na Política de Patrocínio, que tem por objetivo orientar as ações relativas à concessão de patrocínios, de forma a garantir a efetiva comunicação institucional com seus públicos de interesse, garantindo transparência ao processo de contratação, o fortalecimento da imagem do Banco e sua atuação no desenvolvimento regional.

No mesmo sentido, para fortalecer a governança da Instituição, o Conselho de Administração aprovou várias Normas de Procedimento no âmbito da gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes para benefícios já estabelecidos como: Assistência à Saúde; Plano de Desenvolvimento de Pessoas; Gerenciamento de Desempenho; entre outros.

Aprovou, também, a extinção da Política de Lateralidade, a criação de nova Política de Substituição e a Política de Segurança da Informação e Comunicações de Segurança Cibernética.

O Banco atingiu, pela quarta vez consecutiva, o nível 01 no Indicador de Governança - IG-SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo do IG-SEST é de acompanhar o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais.

O resultado alcançado demonstra o compromisso do Banco da Amazônia com a governança e com a melhoria de seus processos, visando à transparência, à conformidade e ao atendimento dos padrões de Governança Corporativa.

5. GESTÃO DA INTEGRIDADE, CORREIÇÃO E CANAL DE DENÚNCIA INTERNO

O Programa de Integridade do Banco, traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraude e corrupção que venham a ocorrer, em cumprimento às medidas anticorrupção implantadas pelo Governo, especificamente, a Lei da Empresa Limpa, Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18/03/2015.

No processo, são utilizadas informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator o registro das manifestações online.

No primeiro semestre de 2019, o Sistema CGU-PAD recebeu um quantitativo de 27 registros, sendo de natureza variada, que vai de irregularidades, a ocorrências de fraudes. Dos eventos recebidos, 05 foram arquivados sem instauração de inquérito administrativo e os demais ainda estão sob análise e julgamento.

Inaugurado em 30.05.2018, em atendimento à Resolução 4.567 de 27 de abril de 2017, o Canal de Denúncias veio para funcionar como um instrumento democrático, a ponto de quebrar barreiras hierárquicas, proporcionando aos usuários um canal de comunicação direto com as lideranças da Instituição.

No primeiro semestre de 2019, o Canal de Denúncias recebeu um quantitativo de 11 registros, devidamente encaminhados para as áreas de responsabilidade (Auditoria, SAC, Pessoas e Comitê de Ética). As denúncias são recebidas, registradas e posteriormente encaminhadas às unidades responsáveis para conhecimento e eventuais providências. As respostas são sempre remetidas aos denunciantes, quando identificados.

6. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco da Amazônia dispõe de dois documentos: Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e Declaração de Apetite aos Riscos, RAS. Para tomada de decisão, o Banco dispõe de três comitês específicos para gestão de Riscos e de Capital, o primeiro composto por membros do Conselho de Administração, o segundo pela Diretoria Executiva e o terceiro pelo diretor responsável pelo gerenciamento de risco da instituição, em conjunto com gerentes afins.

O gerenciamento de riscos tem como premissa que todos os riscos relevantes devem ser identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados.

Risco de Crédito

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito. O que permite o estabelecimento de rating para o tomador e para operações de crédito. As operações de empréstimos e financiamentos mantêm lastro adequado junto ao Patrimônio de Referência do Banco.

O processo de desenvolvimento, validação e monitoramento dos modelos de riscos está alinhado aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas de gestão e está em conformidade com leis e regulamentos de Órgãos supervisores. O monitoramento de modelos de risco constitui na aplicação de testes, visando continuamente, desafiar, confrontar e questionar os modelos internos de gestão de riscos, considerando as particularidades técnicas de mensuração e gerenciamento de risco.

Risco de Mercado e Liquidez

O processo de gestão de Risco do Banco segue as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, mantendo processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado. O foco principal são as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços, onde são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading).

A exposição ao Risco de Mercado das carteiras trading e banking são calculados através dos métodos do *Value at Risk* (VaR) e Variação de Valor Econômico (ΔEVE), respectivamente, sendo as informações geradas de forma sistematizada. São importados e consolidados os dados extraídos das bases externas (BACEN, B³ - Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), gerando resultados diários embasados em técnicas de estatísticas amplamente aceitas.

Risco de Liquidez

O Banco possui área independente das áreas de negócio, responsável por definir, propor e monitorar os limites de risco de liquidez, de forma a mantê-los dentro do apetite a risco da instituição. O foco da carteira de Tesouraria em recursos de elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, mitiga o risco de liquidez do Banco. Na gestão de Liquidez é utilizada a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e as simulações de cenários de estresse.

Gestão do Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 4.557/17 e boas práticas de mercado como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

Gestão de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco é norteada pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e seus limites estão dispostos na Declaração de Apetite aos Riscos, RAS.

O gerenciamento de capital atende às recomendações sugeridas pelo Comitê da Basiléia e utiliza como instrumentos de gestão: testes de estresse, plano de capital e plano de contingência de capital, todos aprovados e acompanhados tempestivamente através de relatórios, pelo Comitê de Riscos, CRO, Diretoria e Conselho de Administração.

7. CONTROLES INTERNOS

A estrutura organizacional do Banco da Amazônia conta com um sistema de controles internos integrado, cujo papel principal é garantir que processos e procedimentos tenham adequada efetividade na governança. Esse controle visa contribuir no alcance dos objetivos e estratégias da entidade, em que toda estrutura organizacional deve estar envolvida.

A gestão de *Compliance* no Banco, visa o disciplinamento das diversas atividades, contemplando os diversos colegiados, bem como, definindo as responsabilidades, políticas, normas internas e externas, procedimentos e princípios corporativos que regem a atividade da empresa. A Instituição tem promovido adoção de elevados padrões éticos e de integridade e uma cultura de controles, a fim de garantir confiabilidade e o fortalecimento dos controles internos.

Também, são realizados periodicamente avaliações e testes de conformidade para identificar possíveis desvios e a necessidade de otimização de procedimentos internos e informações regulatórias.

8. AUDITORIA INTERNA

A unidade de Auditoria Interna (AUDIT), vinculada ao Conselho de Administração, é responsável por fornecer avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

Dentre as missões realizadas no 1º semestre de 2019 para o fortalecimento e desempenho da gestão destacam-se os trabalhos em Administração de Sistemas e em Análise e Concessão de Crédito.

Para o desenvolvimento profissional dos colaboradores foram realizadas capacitações, a exemplo de Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncia; Licitações e Contratos das Estatais.

Quanto aos projetos de melhoria para o desenvolvimento institucional da unidade foram iniciadas ações para implantação da metodologia ABR (Auditoria Baseada no Risco) e do PGMQ (Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade) da Auditoria Interna.

9. REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. No final do 1º semestre de 2019, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 122 unidades, sendo 120 agências e 2 Postos de Atendimento Avançado.

Para o início do segundo semestre de 2019, está prevista a implantação da Central de Cadastro, com objetivo de proporcionar: Maior controle e Padronização do processo e da gestão do cadastro; Melhoria do índice de conformidade dos cadastros; Maior governança nos dados cadastrais que impactam em risco de crédito do cliente; Segregação das atividades de registro/atualização de cadastros de maior complexidade das unidades da rede de distribuição; Melhoria no atendimento dos clientes do Banco, assim como melhor prestação de serviços bancários a população da região, possibilitando a ampliação da base de clientes do Banco; Maior foco na originação e gestão de cadastros; e Fortalecimento do Front Office;

10. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca: identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão.

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR do Banco Central, 41 registros de reclamações, sendo: 10 reguladas procedentes, 8 reguladas improcedentes, 19 não reguladas e 4 reguladas não conclusivas, todas respondidas no prazo regulamentar.

No 1º semestre de 2019 foram recebidas no SIC, 65 demandas, todas respondidas no prazo regulamentar.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Ouvidoria recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), facilitando o acesso às informações, assim como atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei.

11. OUTROS DESTAQUES

Novidades no Serviço de Depósito

Com foco na modernização dos seus serviços e em soluções sustentáveis, o Banco da Amazônia lançou o novo serviço de depósito online. Com essa funcionalidade, correntistas e não correntistas podem realizar depósitos em espécie nos terminais de autoatendimento, sem a necessidade de envelopes e com sensibilização imediata, proporcionando mais agilidade e segurança.

Política Geral de Contratos Administrativos

No mês de janeiro, foi publicada e implementada a Política Geral de Contratações do Banco da Amazônia. O documento objetiva disciplinar e orientar os princípios e as diretrizes estratégicas que nortearão o processo de compras e de contratações de bens e serviços observando ações socioambientais a ser considerado em todas as atividades do Banco.

Novas Parcerias – Entidades Educacionais

O Banco da Amazônia, em compromisso com o desenvolvimento profissional dos empregados e seus dependentes, celebrou, em fevereiro de 2019, novas parcerias com entidades educacionais, através do programa CooperAção. Dessa vez, vieram somar ao quadro de parceiros, a Faculdade FACI/WYDEN e o Centro de Excelência em Estudos Empresariais.

Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos – TTDA

Em Janeiro/2019, o Banco da Amazônia obteve aprovação do Código de Classificação de Arquivos de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos – atividades fins e sua respectiva Tabela de Temporalidade de Documentos de Administrativos junto ao Arquivo Nacional.

A nova Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos, implementada no 1º semestre de 2019, está aderente às regulamentações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, garantindo processos de gestão de documentos em *compliance* às diretrizes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA vinculado ao Governo Federal, sendo o Banco da Amazônia membro do SUBSIGA (Subcomissão de Coordenação) coordenada pelo Ministério da Economia.

Banco da Amazônia e Conexsus - Negócios Sustentáveis

O Banco da Amazônia e o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) assinaram, em maio/2019, um protocolo de intenções que contribuirá para o desenvolvimento sustentável dos negócios comunitários promovidos na região. A parceria se dará mediante ações, incluindo orientações financeiras na contratação de financiamentos de custeio, investimento, comercialização e capital de giro contratados, pelo banco, por organizações econômicas socioambientais e a seus associados instalados na Amazônia.

Microcrédito Produtivo Orientado - MPO Digital

No 1º semestre de 2019 foi implantado o projeto MPO Digital e o Programa Amazônia Florescer Urbano em todas as unidades de Microfinanças. Foram contratadas 4.061 operações de crédito com liberações de R$8,1 milhões pelo novo aplicativo. O MPO Digital Amazônia Florescer recebeu o prêmio “eFinance 2019” na categoria “Bancarização e Políticas Públicas” por permitir a inclusão financeira de pessoas de baixa renda.

12. GESTÃO DE PESSOAS

No primeiro semestre de 2019, o Banco investiu R$ 2,2 milhões, em 144 ações educacionais, oportunizando 2.261 participações de empregados do Banco. As ações educacionais atingem diversas áreas de conhecimento, como: Créditos e Negócios; Estratégia e Pessoas; Controles e Risco; Auditoria; Tecnologia da Informação; e Administrativo e Apoio.

Com relação ao Concurso Público realizado pelo Banco da Amazônia em 2018, no mês de janeiro de 2019, foram iniciadas as convocações para admissão de empregados. Abaixo segue o resumo das convocações com data base de 10.06.2019:

Cargo	Aprovados				Convocados			Admitidos			Desistência		
	Total	AC	PcD	PPP	AC	PcD	PPP	AC	PcD	PPP	AC	PcD	PPP
Técnico Bancário	350	350	16	109	94	5	20	38	4	15	34	1	4
Técnico Científico – Área de TI	29	29	0	3	29	0	3	10	0	0	15	0	4
Técnico Científico – Médico do trabalho	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	380	380			152			67			58		

OBS: PcD = Pessoa com Deficiência; PPP = Pessoa Preta ou Parda e AC = Ampla Concorrência

O Banco encerrou o 1º semestre de 2019 contando com 2.974 empregados, 344 estagiários e 180 aprendizes, contra 2.959 empregados, 281 estagiários e 122 aprendizes no 1º semestre de 2018.

Em 2019 está prevista a abertura de seleção interna para todas as funções comissionadas, exceto membros da Diretoria Executiva.

Como exemplos, o Banco realiza várias ações com o objetivo de valorizar, reconhecer e prevenir a saúde dos empregados, como o Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Programa Ver O Peso; Corredores em Ação; Cuidando de sua Saúde; Valorização da Diversidade; Projeto COOPERAÇÃO; Programa de Voluntariado, dentre outros.

Destaca-se o Projeto COOPERAÇÃO, no qual o Banco tem a oportunidade de firmar convênios com várias empresas, na área de esporte e da saúde, oportunizando aos funcionários valores mais acessíveis.

13. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA - CAPAF

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar - Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia - e Auxilio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (CAPAF), que se encontra sob intervenção da PREVIC desde 2011. A Portaria nº 327, de 22 de abril de 2019, da PREVIC, prorrogou a intervenção por mais 180 dias a contar de 25 de abril de 2019.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam déficit atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados, que estão em acordo com a legislação, abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e correspondem a 52% do público alvo.

Em abril de 2019, o Banco da Amazônia, reafirmando o seu compromisso e contribuição à assistência previdenciária aos seus empregados, iniciou o processo de transferência do gerenciamento de alguns planos de previdência - Plano Saldado de Benefício Definido; Plano Misto de Benefícios Saldados e; Plano de Benefícios Previdenciários PrevAmazônia -, atualmente administrados pela CAPAF, para a entidade de previdência multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil. A transferência visa assegurar o elevado padrão de profissionalismo e capacitação técnica na gestão de planos de benefícios, ampliar e melhorar os serviços aos participantes e assistidos, reduzir os custos administrativos dos planos e, fundamentalmente, aumentar a segurança na gestão do patrimônio previdenciário de seus participantes.

No dia 6 de agosto de 2019, a PREVIC publicou as Portarias 651,653 e 655, de 23 de julho de 2019, autorizando a transferência do gerenciamento do Plano de Benefício Definido Saldado da CAPAF para a BB-Previdência Fundo de Pensão do Brasil. Aprovou, também, a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefício Definido Saldado, bem como o convênio de adesão firmado entre o Banco da Amazônia, na condição de patrocinador do Plano, e a BB-Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Até o encerramento do semestre, permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

Em 28.11.2018, o órgão Ministerial foi intimado da decisão, estando o processo concluso com o relator, ocasião em que foi marcada a data de julgamento da ação rescisória para o dia 18.07.2018; O Banco da Amazônia peticionou junto ao TRT-MA para que o processo fosse retirado de pauta, demonstrando a necessidade de apresentação de um plano de ação, em um prazo mínimo de 120 dias, para a resolução da questão através da mediação. A Justiça do Maranhão marcou a data de 23.08.2019 para que ocorra a primeira audiência objetivando tratar do procedimento inicial das negociações.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

Considerando que em 06 de fevereiro de 2017 transitou em julgado a ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela Associação dos Aposentados do Banco da Amazônia (AABA), em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD), a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de AÇÃO RESCISÓRIA visando a RESCISÃO DO JULGADO, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e, aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respaldado por esses argumentos foram iniciadas tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU) visando o ajuizamento da ação, o que foi realizado por aquela AGU junto ao Tribunal Superior do Trabalho, na data de 02 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, o processo teve andamento. A Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a Ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao referido Tribunal. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, em reconsideração, revogou a tutela e determinou a manifestação das partes. Dessa decisão, a União interpôs recurso, ainda não analisado.

O Banco foi intimado em março de 2019, tendo requerido seu ingresso na lide na condição de assistente da União.

14. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no 1º semestre de 2019, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

BANCO DA AMAZÔNIA

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

A T I V O		30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE		**6.095.759**	**6.297.640**
Disponibilidades	(Nota 4)	**57.601**	**41.829**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5)	**2.649.646**	**2.762.506**
Aplicações no Mercado Aberto		2.472.222	2.602.685
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		209.698	192.095
(Provisões para Perdas)		(32.274)	(32.274)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6)	**1.531.025**	**1.211.485**
Carteira Própria		1.392.697	1.072.212
Vinculados a Compromissos de Recompra		106.513	135.441
Vinculados à Prestação de Garantias		31.815	3.832
Relações Interfinanceiras		**206.177**	**321.047**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		8.384	6.769
Créditos Vinculados:		197.793	314.278
Depósitos no Banco Central		197.765	314.269
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		28	9
Operações de Crédito	(Nota 7)	**1.282.386**	**1.573.125**
Operações de Crédito:		1.402.876	1.717.421
Setor Público		8.769	244.151
Setor Privado		1.394.107	1.473.270
(Provisão para Operações de Crédito)		(120.490)	(144.296)
Outros Créditos	(Nota 8)	**367.697**	**386.539**
Carteira de Câmbio		42.965	49.132
Rendas a Receber		57.702	72.018
Diversos		284.033	273.879
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(17.003)	(8.490)
Outros Valores e Bens		**1.227**	**1.109**
Outros Valores e Bens		1.889	1.771
(Provisões para Desvalorizações)		(669)	(669)
Despesas Antecipadas		7	7
NÃO CIRCULANTE		**13.738.233**	**12.014.666**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5)	**20.265**	**10.313**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		20.265	10.313
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6)	**10.753.473**	**9.693.977**
Carteira Própria		10.753.127	9.667.886
Vinculados a Prestação de Garantias		346	26.091
Relações Interfinanceiras		**12.569**	**12.569**
Créditos Vinculados:		12.569	12.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		12.569	12.569
Operações de Crédito	(Nota 7)	**1.650.679**	**1.180.691**
Operações de Crédito:		1.855.715	1.266.310
Setor Público		-	8.752
Setor Privado		1.855.715	1.257.558
(Provisão para Operações de Crédito)		(205.036)	(85.619)
Outros Créditos	(Nota 8)	**1.301.247**	**1.117.116**
Diversos		1.301.253	1.117.116
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(6)	-
PERMANENTE	(Nota 9)	**338.774**	**339.298**
Investimentos	(Nota 9 a)	**267**	**267**
Outros Investimentos		1.625	1.625
(Provisões para Perdas)		(1.358)	(1.358)
Imobilizado de Uso	(Nota 9 b)	**143.472**	**157.476**
Imóveis de Uso		63.851	62.732
Reavaliações de Imóveis de Uso		47.771	48.029
Outras Imobilizações de Uso		193.551	190.032
(Depreciações Acumuladas)		(161.701)	(143.317)
Intangível	(Nota 9 c)	**195.035**	**181.555**
Outros Ativos Intangíveis		362.003	319.508
(Amortização Acumulada)		(166.968)	(137.953)
TOTAL DO ATIVO		**20.172.766**	**18.651.604**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém - Pará - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

P A S S I V O		30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE		**12.673.172**	**11.593.095**
Depósitos	(Nota 10 a)	**3.971.714**	**3.492.867**
Depósitos à Vista		962.377	970.881
Depósitos de Poupança		576.202	560.891
Depósitos Interfinanceiros		32.026	21.208
Depósitos a Prazo		2.401.109	1.939.887
Captações no Mercado Aberto	(Nota 10 b)	**106.300**	**135.084**
Carteira Própria		106.300	135.084
Recursos Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures, e Similares		**261.802**	**263.402**
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		261.802	263.402
Relações Interfinanceiras		**19.171**	**16.719**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		19.171	16.719
Relações Interdependências		**4.142**	**954**
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.767	746
Transferências Internas de Recursos		375	208
Obrigações por Empréstimo	(Nota 11)	**49.909**	**48.663**
Empréstimos no Exterior		49.909	48.663
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	(Nota 12)	**126.549**	**129.235**
Tesouro Nacional		26.073	27.126
BNDES		63.798	61.002
Finame		36.149	41.018
Finep		529	89
Outras Obrigações	(Nota 13)	**8.133.585**	**7.506.171**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		17.305	17.136
Carteira de Câmbio		63	3.098
Sociais e Estatutárias		3.686	3.681
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 13 a)	25.367	22.381
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 13 b)	7.308.232	6.526.111
Passivos Atuariais	(Nota 13 d)	85.966	88.258
Diversas	(Nota 13 c)	676.862	845.506
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Nota 13 e)	16.104	-
NÃO CIRCULANTE		**5.490.706**	**5.176.023**
Depósitos	(Nota 10 a)	**500.665**	**524.857**
Depósitos Interfinanceiros		16.214	-
Depósitos a Prazo		484.451	524.857
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	(Nota 12)	**648.156**	**642.028**
Tesouro Nacional		569	309
BNDES		557.034	532.246
Finame		90.553	108.781
Finep		-	692
Outras Obrigações	(Nota 13)	**4.341.885**	**4.009.138**
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 13 a)	123.994	121.930
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 13 b)	181.894	198.156
Passivos Atuariais	(Nota 13 d)	1.143.271	889.573
Diversas	(Nota 13 c)	1.892.727	1.799.480
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Nota 13 e)	999.999	999.999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 15)	**2.008.888**	**1.882.486**
Capital	(Nota 15 b)	**1.623.252**	**1.623.252**
De Domiciliados no País		1.623.237	1.623.237
De Domiciliados no Exterior		15	15
Reservas de Capital	(Nota 15 d)	**2.253**	**2.253**
Reservas de Reavaliação	(Nota 15 c)	**21.371**	**22.326**
Reservas de Lucros	(Nota 15 d)	**1.031.542**	**903.687**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(Nota 15 f)	**(669.530)**	**(643.224)**
Lucros ou Prejuízos Acumulados		**-**	**(25.808)**
TOTAL DO PASSIVO		**20.172.766**	**18.651.604**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE/2019	1º SEMESTRE/2018
Receitas da Intermediação Financeira		**666.253**	**638.874**
Operações de Crédito	(Nota 7)	195.084	206.974
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 6 a)	470.294	425.696
Resultado de Operações de Câmbio		875	6.204
Despesas da Intermediação Financeira		**(513.235)**	**(482.453)**
Operações de Captação no Mercado	(Nota 10 c)	(105.903)	(101.624)
Operações de Empréstimos e Repasses		(254.505)	(305.242)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(Nota 7)	(152.827)	(75.587)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**153.018**	**156.421**
Outras Receitas / Despesas Operacionais		**(78.725)**	**(105.777)**
Receitas de Prestação de Serviços	(Nota 17 a)	346.896	339.865
Rendas de Tarifas Bancárias	(Nota 17 a)	64.640	53.074
Despesas de Pessoal	(Nota 17 b)	(269.960)	(250.658)
Outras Despesas Administrativas	(Nota 17 c)	(137.121)	(143.638)
Despesas Tributárias	(Nota 17 d)	(54.909)	(51.271)
Outras Receitas Operacionais	(Nota 17 e)	376.253	400.568
Outras Despesas Operacionais	(Nota 17 e)	(404.524)	(453.717)
Resultado Operacional		**74.293**	**50.644**
Resultado Não Operacional	(Nota 17 f)	**1.917**	**385**
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**76.210**	**51.029**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 16 a)	**(17.019)**	**(77.241)**
Provisão para Imposto de Renda		(106.368)	(95.786)
Provisão para Contribuição Social		(65.541)	(78.798)
Ativo Fiscal Diferido		154.890	97.343
Lucro/Prejuízo Líquido	(Nota 15 g)	**59.191**	**(26.212)**
Lucro/Prejuízo por Ação Básico e Diluído - Em Reais	(Nota 15 e)	**1,99660**	**(0,88417)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

EVENTOS		CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO	OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31.12.2017	(Nota 15)	**1.623.252**	**2.253**	**22.730**	**124.231**	**779.456**	**-**	**(666.613)**	**-**	**1.885.309**
1. AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(10.096)**	**-**	**(10.096)**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(10.096)	-	(10.096)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		-	-	-	-	-	-	**33.485**	**-**	**33.485**
3. OUTROS EVENTOS	(Nota 15 c)	**-**	**-**	**(404)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**404**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	**(735)**	-	-	-	-	**735**	-
Realização da Reserva		-	-	(735)	-	-	-	-	735	-
-Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	**331**	-	-	-	-	**(331)**	-
Realização da Reserva		-	-	331	-	-	-	-	(331)	-
4. PREJUIZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(Nota 15 g)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(26.212)**	**(26.212)**
SALDO EM 30.06.2018	(Nota 15)	**1.623.252**	**2.253**	**22.326**	**124.231**	**779.456**	**-**	**(643.224)**	**(25.808)**	**1.882.486**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		-	**-**	**(404)**	**-**	**-**	**-**	**23.389**	**(25.808)**	**(2.823)**
SALDOS EM 31.12.2018	(Nota 15)	**1.623.252**	**2.253**	**21.922**	**129.685**	**842.115**	**-**	**(680.619)**	**-**	**1.938.608**
1. AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.058**	**-**	**4.058**
-Títulos Disponíveis para Venda		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	4.058	**-**	4.058
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.031**	**-**	**7.031**
3. OUTROS EVENTOS	(Nota 15 c)	**-**	**-**	**(551)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**551**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	**(918)**	-	-	-	-	**918**	-
Realização da Reserva		-	-	(1.103)	-	-	-	-	1.103	**-**
Baixa da Reserva		-	-	185	-	-	-	-	(185)	**-**
-Imposto e Contrib.s/Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	**367**	-	-	-	-	**(367)**	-
Realização da Reserva		-	-	392	-	-	-	-	(392)	-
Baixa da Reserva		-	-	(25)	-	-	-	-	25	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(Nota 15 g)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**59.191**	**59.191**
5. DESTINAÇÕES	(Nota 15 g)	**-**	**-**	**-**	**2.959**	**42.587**	**14.196**	**-**	**(59.742)**	**-**
-Reservas		-	-	-	2.959	42.587	-	-	(45.546)	-
-Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	14.196	-	(14.196)	-
SALDO EM 30.06.2019	(Nota 15)	**1.623.252**	**2.253**	**21.371**	**132.644**	**884.702**	**14.196**	**(669.530)**	**-**	**2.008.888**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**-**	**-**	**(551)**	**2.959**	**42.587**	**14.196**	**11.089**	**-**	**70.280**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE/2019	1º SEMESTRE/2018
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre	(Nota 15 g)	**59.191**	**(26.212)**
Ajustes ao Lucro Líquido		**410.655**	**393.432**
Depreciações e amortizações	(Nota 17 c)	26.204	23.658
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(Nota 7 f)	152.827	75.587
Ganhos capital		(372)	(251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(Nota 16 a)	(154.890)	(97.343)
Resultado com variação cambial		728	(3.842)
Despesas de provisões para passivos contingentes		117.365	96.032
Despesas de outras provisões (ativas e passivas)		77.834	112.124
Despesas de provisões para riscos do FNO	(Nota 17 e)	194.732	222.451
Reversão de Provisões p/Desvalorização de TVM		(229)	-
Reversão de provisões para outros créditos	(Nota 7 f)	-	(1)
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(Nota 17 e)	(3.544)	(34.983)
Lucro Líquido Ajustado		**469.846**	**367.220**
Variações Patrimoniais		**479.006**	**1.615.897**
(Aumento) em títulos e valores mobiliários para negociação		(9.813)	(9.372)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(207)	151
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(23.707)	5.272
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências		39.023	(59.619)
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(376.429)	77.842
(Aumento)/Redução em outros créditos		(90.109)	53.958
Aumento em depósitos		321.270	458.896
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(5.872)	(1.574)
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto		24.770	(146.768)
Aumento em outras obrigações		600.080	1.237.111
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**948.852**	**1.983.117**
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(72.911)**	**(80.736)**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**875.941**	**1.902.381**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(2.455.455)	(2.053.608)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		2.001.986	690.289
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(34.423)	(42.721)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		47.586	45.054
Adição em imobilizado de uso	(Nota 9)	(3.035)	(3.054)
Alienação do imobilizado de uso	(Nota 9)	477	385
Aplicação do intangível	(Nota 9)	(15.627)	(19.772)
Baixa do Intangível	(Nota 9 c)	-	139
CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(458.491)**	**(1.383.288)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - pagos		(57.697)	(100.631)
Juros sobre capital próprio pagos		(42.732)	(19.053)
CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(100.429)**	**(119.684)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**317.021**	**399.409**
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do semestre		2.212.802	2.245.105
No fim do semestre	(Nota 4)	2.529.823	2.644.514
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**317.021**	**399.409**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		1º SEMESTRE/2019	1º SEMESTRE/2018
1. RECEITAS		**1.303.132**	**1.357.179**
1.1. Intermediação Financeira		666.253	638.874
1.2. Prestações de Serviços	(Nota 17 a)	411.536	392.939
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(Nota 7)	(152.827)	(75.587)
1.4. Outras		378.170	400.953
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(360.408)**	**(406.866)**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**(508.198)**	**(566.621)**
3.1. Materiais, energia e outros		(18.096)	(20.087)
3.2. Serviços de terceiros		(85.578)	(92.817)
3.3. Outras		(404.524)	(453.717)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		**434.526**	**383.692**
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(Nota 17 c)	**(26.204)**	**(23.658)**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)		**408.322**	**360.034**
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		**408.322**	**360.034**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**408.322**	**360.034**
8.1 Pessoal		**223.882**	**208.365**
8.1.1 Remuneração direta		167.067	155.843
8.1.2 Benefícios		42.937	39.631
8.1.3 FGTS		13.878	12.891
8.2 Impostos, taxas e contribuições		**118.006**	**170.804**
8.2.1 Federais		111.914	166.072
8.2.2 Estaduais		25	26
8.2.3 Municipais		6.067	4.706
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		**7.243**	**7.077**
8.3.1 Aluguéis	(Nota 17 c)	7.243	7.077
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 15 g)	**59.191**	**(26.212)**
8.4.1 Lucro/Prejuízo retidos do semestre	(Nota 15 g)	59.191	(26.212)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Ativo Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio líquido
Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 28 - Análise de sensibilidade
Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 30 - Outras informações

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota n° 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam (nota n° 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota n° 19).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei n°11.638/2007 e pela Lei n°11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória**.** Estão observadas nas demonstrações contábeis do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN n° 4.534/2016 - Ativo intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN n° 4.535/2016 - Ativo imobilizado de uso (CPC 27).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota n° 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota n° 5).

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen n° 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota n° 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.
Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN n° 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de Crédito (FNO): De acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001, o valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 13.c).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Notas n° 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota n° 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN n° 3.565/2008.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota n° 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (nota n° 25).

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota n° 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro	15%
Contribuição social sobre o lucro – de set/2015 a dez/2018 (1)	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata da alíquota de 20% da CSLL.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota n°16).

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos

pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R$1.000.

- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota n° 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota n° 13.a).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota n° 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;

2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2019.

q) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota n° 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	**57.601**	**41.829**
Disponibilidade em moeda nacional	44.819	39.122
Disponibilidade em moeda estrangeira	12.782	2.707
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	**2.472.222**	**2.602.685**
Aplicações no mercado aberto	2.472.222	2.602.685
Total	**2.529.823**	**2.644.514**

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2019	30.06.2018
Aplicações no mercado aberto	**2.472.222**	**2.602.685**
Posição Bancada	**2.472.222**	**2.602.685**
Letras financeiras do tesouro	139.993	220.002
Letras do tesouro nacional	2.132.230	430.001
Notas do tesouro nacional	199.999	1.952.682
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**197.689**	**170.134**
Certificados de depósitos interfinanceiros	229.963	202.408
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	**2.669.911**	**2.772.819**
Circulante	**2.649.646**	**2.762.506**
Não Circulante	**20.265**	**10.313**

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R$32.274 (R$32.274 em 30.06.2018), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no semestre, R$79.956 (R$79.258 no 1º sem/2018) e estão registradas como rendas de TVM.

6 Títulos e valores mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2019	30.06.2018
Carteira própria – livres	**12.145.824**	**10.740.098**
Títulos Públicos	**10.229.104**	**9.161.664**
Letras Financeiras do Tesouro	9.272.207	8.250.765
Letras do Tesouro Nacional	164.526	95.892
Notas do Tesouro Nacional	622.804	603.951
Certificados Financeiros do Tesouro	169.567	211.056
Títulos Privados	**1.916.720**	**1.578.434**
Debêntures	764.250	417.223
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	30.000	39.906
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	41.925	44.417
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	2.460	1.047
Letras Financeiras	1.078.085	1.075.841
Vinculados a operações compromissadas	**106.513**	**135.441**
Títulos Públicos	**106.513**	**135.441**
Letras Financeiras do Tesouro	106.513	135.441
Vinculados a prestação de garantias	**32.161**	**29.923**
Títulos Públicos	**32.161**	**29.923**
Letras Financeiras do Tesouro	32.161	29.923
Total	**12.284.498**	**10.905.462**
Circulante	**1.531.025**	**1.211.485**
Não circulante	**10.753.473**	**9.693.977**

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 84,4% do total da Carteira (85,5% em 30.06.2018).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R$29.513 (R$27.758 em 30.06.2018) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e R$2.648 (R$2.165 em 30.06.2018) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação[1]	**-**	**-**	**-**	**-**	**328.091**	**-**	**-**	**328.091**
Títulos Públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**328.091**	**-**	**-**	**328.091**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	328.091	-	-	328.091
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	**44.385**	**44.829**	**1.113.707**	**2.835.946**	**5.878.650**	**1.329.172**	**-**	**11.246.689**
Títulos Públicos	**-**	**-**	**851.285**	**2.067.577**	**5.149.587**	**1.261.520**	**-**	**9.329.969**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	851.285	2.067.577	4.985.061	1.178.867	-	9.082.790
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	164.526	-	-	164.526
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	82.653	-	82.653
Títulos Privados	**44.385**	**44.829**	**262.422**	**768.369**	**729.063**	**67.652**	**-**	**1.916.720**
Debêntures	-	2.685	18.170	137.292	560.351	45.752	-	764.250
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC[2]	-	-	-	30.000	-	-	-	30.000
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	41.925	-	-	-	-	-	-	41.925
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	2.460	-	-	-	-	-	-	2.460
Outros Títulos Privados - LFs	-	42.144	244.252	601.077	168.712	21.900	-	1.078.085
3-Títulos Mantidas até o Vencimento	**-**	**-**	**12**	**169.571**	**446**	**273.697**	**265.992**	**709.718**
Títulos Públicos	**-**	**-**	**12**	**169.571**	**446**	**273.697**	**265.992**	**709.718**
Notas do Tesouro Nacional	-	-	12	4	446	273.697	265.992	540.151
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	169.567	-	-	-	169.567
Total 30.06.2019	**44.385**	**44.829**	**1.113.719**	**3.005.517**	**6.207.187**	**1.602.869**	**265.992**	**12.284.498**
Total 30.06.2018	45.464	60.698	797.857	2.485.078	5.325.038	1.863.493	327.834	10.905.462

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7° da Circular Bacen n° 3.068/2001.
(2) Valor líquido de provisão (nota n° 6.a.2).

a.2) Quanto aos ajustes

	30.06.2019			30.06.2018		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	**327.863**	**328.091**	**228**	**308.214**	**308.512**	**298**
Letras Financeiras do Tesouro	327.863	328.091	228	308.214	308.512	298
Disponíveis para venda	**11.228.368**	**11.243.086**	**14.718**	**9.850.111**	**9.855.819**	**5.708**
Letras Financeiras do Tesouro	9.080.936	9.082.790	1.854	8.105.280	8.107.616	2.336
Letras do Tesouro Nacional	160.504	164.526	4.022	93.504	95.892	2.388
Notas do Tesouro Nacional	74.425	78.923	4.498	73.145	73.520	375
Debêntures	759.906	764.250	4.344	416.614	417.223	609
Cotas Fundos Invest. - FIDC	30.127	30.127	-	40.263	40.263	-
Cotas Fundos Invest. – R. Fixa	41.925	41.925	-	44.417	44.417	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	2.460	2.460	-	1.047	1.047	-
Outros Títulos Privados - LF	1.078.085	1.078.085	-	1.075.841	1.075.841	-
Mantidos até o vencimento	**705.829**	**846.872**	**141.043**	**726.647**	**817.329**	**90.682**
Notas do Tesouro Nacional	536.262	669.687	133.425	515.591	524.711	9.120
Certificados Fin. do Tesouro	169.567	177.185	7.618	211.056	292.618	81.562

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R$127 aplicado no fundo administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (R$160 em 30.06.2018), para o qual foi constituída uma provisão sobre 100% do valor do custo do título no montante de R$127 (R$357 em 30.06.2018) para eventual perda que possa ocorrer devido à intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.06.2019	30.06.2018
Desvalorização	(231.114)	(207.352)
Valorização	245.832	213.060
Total	**14.718**	**5.708**

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º sem/2019	1º sem/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	79.956	79.258
Títulos de Renda Fixa	383.148	344.559
Aplicação Fundos de Investimentos	1.417	1.352
Lucros com Títulos de Renda Fixa	5.695	1.395
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(60)	(698)
Reversão de Provisão Desv. Títulos de Renda Fixa	229	-
TVM - Ajuste positivo ao Valor de Mercado	49	-
TVM - Ajuste negativo ao Valor de Mercado	(140)	(170)
Total	**470.294**	**425.696**

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2019			30.06.2018		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.074.936	50.793	1.125.729	861.138	64.211	925.349
Direitos cred. descontados	17.000	1.525	18.525	22.165	976	23.141
Financiamentos	1.017.641	28.916	1.046.557	1.044.774	48.251	1.093.025
Financiamentos rurais	1.002.533	65.247	1.067.780	888.410	53.806	942.216
Subtotal	**3.112.110**	**146.481**	**3.258.591**	**2.816.487**	**167.244**	**2.983.731**
Outros créditos	**259**	**-**	**259**	**-**	**-**	**-**
Diversos	259	-	259	-	-	-
Subtotal	**3.112.369**	**146.481**	**3.258.850**	**2.816.487**	**167.244**	**2.983.731**
Adiant. s/ contrato câmbio	**29.258**	**11.561**	**40.819**	**42.189**	**8.246**	**50.435**
Total da carteira	**3.141.627**	**158.042**	**3.299.669**	**2.858.676**	**175.490**	**3.034.166**
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(247.822)	(77.704)	(325.526)	(135.899)	(94.016)	(229.915)
(Outros créditos)	(8)	-	(8)	-	-	-
(Câmbio)	(9.850)	(7.151)	(17.001)	(244)	(8.246)	(8.490)
Total das provisões	**(257.680)**	**(84.855)**	**(342.535)**	**(136.143)**	**(102.262)**	**(238.405)**
Total líquido	**2.883.947**	**73.187**	**2.957.134**	**2.722.533**	**73.228**	**2.795.761**
Circulante			**1.443.954**			**1.767.856**
Não Circulante			**1.855.715**			**1.266.310**

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.06.2019	30.06.2018
Setor Público	**8.769**	**252.903**
Administração direta	8.769	23.666
Administração indireta	-	127.907
Atividades empresariais	-	101.330
Setor Privado	**3.290.900**	**2.781.263**
Rural	1.194.771	942.885
Indústria	791.265	619.049
Comércio	505.659	730.557
Pessoas físicas	478.701	218.099
Serviços	318.710	270.631
Intermediários financeiros	1.794	42
Total da carteira	**3.299.669**	**3.034.166**

b) Concentração dos principais devedores:

	30.06.2019	%Carteira	30.06.2018	%Carteira
Maior devedor	245.934	7,5	236.892	7,8
10 maiores devedores	786.020	23,8	920.352	30,3
50 maiores devedores	717.933	21,8	565.220	18,6
100 maiores devedores	322.418	9,8	241.215	8,0
Demais devedores	1.227.364	37,2	1.070.387	35,3
Total	**3.299.669**	**100,0**	**3.034.066**	**100,0**

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	acima de 360 dias	Total da Carteira
AA	8.762	8.833	4.117	10.487	62.186	130.346	224.731
A	45.245	32.797	129.830	109.837	281.637	534.023	1.133.369
B	28.659	42.580	55.833	114.957	123.783	726.809	1.092.621
C	22.180	8.290	7.483	49.505	51.073	113.284	251.815
D	8.564	4.094	1.376	4.868	64.176	101.024	184.102
E	1.393	1.210	979	4.052	2.901	23.127	33.662
F	667	399	667	254	2.026	14.759	18.772
G	2.374	104	215	8.526	987	10.854	23.060
H	10.560	1.252	450	4.757	6.866	155.610	179.495
Total 30.06.2019	**128.404**	**99.559**	**200.950**	**307.243**	**595.635**	**1.809.836**	**3.141.627**
Total 30.06.2018	998.719	337.282	121.294	537.989	352.480	510.912	2.858.676

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	acima de 360 dias	Total da Carteira
B	3.897	1.496	211	569	2.942	7.796	16.911
C	2.464	11.500	778	2.104	2.947	4.114	23.907
D	1.690	3.188	2.276	1.435	3.638	5.758	17.985
E	826	869	686	2.242	1.565	5.321	11.509
F	458	607	582	1.403	1.481	2.985	7.516
G	7.477	4.489	730	2.325	1.198	1.296	17.515
H	9.788	3.865	2.219	8.060	20.727	18.040	62.699
Total 30.06.2019	**26.600**	**26.014**	**7.482**	**18.138**	**34.498**	**45.310**	**158.042**
Total 30.06.2018	43.629	19.501	16.236	21.644	63.649	10.831	175.490

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

30.06.2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado	**216.054**	**1.133.369**	**1.109.532**	**275.722**	**202.087**	**45.171**	**26.196**	**40.575**	**242.194**	**3.290.900**
Rural	60.765	492.301	297.417	112.081	26.352	16.168	9.610	16.482	163.595	1.194.771
Indústria	111.393	26.835	397.705	57.088	156.903	3.582	11.906	16.002	9.851	791.265
Comércio	5.864	135.928	225.310	53.797	9.696	19.675	2.510	6.098	46.781	505.659
Pessoas físicas	10.555	304.982	90.796	48.455	7.209	5.412	1.659	1.471	8.162	478.701
Serviços	27.477	173.323	96.512	4.299	1.927	334	511	522	13.805	318.710
Intermediários financeiros	-	-	1.792	2	-	-	-	-	-	1.794
Setor público	**8.677**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**92**	**-**	**-**	**8.769**
Total da carteira	**224.731**	**1.133.369**	**1.109.532**	**275.722**	**202.087**	**45.171**	**26.288**	**40.575**	**242.194**	**3.299.669**
Percentual requerido	-	0,5	1	3	10	30	50	70	100	
Prov.requerida/constituída		(5.667)	(11.095)	(8.272)	(20.209)	(13.551)	(13.144)	(28.403)	(242.194)	(342.535)
30.06.2018										
Total da carteira	**478.617**	**918.954**	**892.077**	**343.087**	**65.175**	**153.837**	**26.891**	**23.493**	**132.035**	**3.034.166**
Prov. requerida/constituída	-	(4.595)	(8.921)	(10.292)	(6.517)	(46.151)	(13.446)	(16.445)	(132.038)	(238.405)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	1º sem/2019	1º sem/2018
Saldo no início do período	(239.961)	(216.467)
Provisões constituídas	(152.827)	(75.587)
Valores baixados para prejuízo	50.253	53.648
Reversões	-	1
Saldo no final do período	**(342.535)**	**(238.405)**

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R$1.244.097 (R$1.174.777 em 30.06.2018).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R$16.955 (R$13.387 no 1º sem/2018).

g) Receitas de Operações de Crédito

	1º sem/2019	1º sem/2018
Empréstimos	70.707	69.135
Direitos creditórios descontados	2.944	3.326
Financiamentos	57.701	78.890
Financiamentos rurais	46.777	42.236
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	16.955	13.387
Total	**195.084**	**206.974**

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	1º sem/2019	1º sem/2018
Renegociadas (*)	**100.940**	**202.075**
Carteira Comercial	3.386	131.027
Carteira de Fomento	97.554	71.048
Recuperadas	**16.955**	**13.387**
Carteira Comercial	4.035	8.428
Carteira de Fomento	12.865	4.180
Outros - FNO	55	779

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

A redução do volume de renegociações de operações de crédito neste semestre quando comparado ao mesmo período do ano anterior, deve-se às renegociações ocorridas de clientes expressivos na carteira comercial, as quais representaram cerca de 97% de todo volume renegociado à época.

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	30.06.2019	30.06.2018
Carteira de câmbio	42.965	49.132
Rendas a receber	57.702	72.017
Diversos	1.585.286	1.390.996
Crédito tributário (nota n° 16.c)	1.492.821	1.305.345
Títulos e créditos a receber	709	9.668
Capaf	107.769	175.741
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(107.769)	(175.741)
Contrato TI	-	21.705
(-) Provisão ativos atuariais - Contrato TI	-	(21.699)
Outros	709	9.662
Câmbio	-	8.246
Remuneração OGU	674	1.380
Diversos	35	36
Devedores por compra de valores e bens	259	-
Devedores por depósito em garantia (nota n° 14.a)	51.935	46.307
Devedores para apuração de responsabilidades	18.425	14.387
(-) Provisão para apuração de responsabilidades	(18.425)	(14.387)
Impostos e contribuições a compensar	12.722	114
Pagamentos a ressarcir	10.463	14.239
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	1.180	3.099
Saque a ressarcir rede compartilhada	970	575
Equalização – STN/FDA	921	2.013
Suprimento 24 Horas	3.523	4.096
Rebates	1.839	1.839
Tributos federais recolhidos a compensar	46	1.543
Outros pagamentos	1.984	1.074
Devedores diversos	16.314	15.283
Adiantamentos para pagamentos	63	40
Provisão para outros créditos	(17.009)	(8.490)
Total	**1.668.944**	**1.503.655**
Circulante	**367.697**	**386.539**
Não circulante	**1.301.247**	**1.117.116**

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “Outros Créditos” o montante de R$107.769 (R$175.741 em 30.06.2018), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo.

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R$18.425 (R$14.387 em 30.06.2018), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente.

9 Ativo Permanente

a) Investimentos

	30.06.2019	30.06.2018
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ inc. fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	**267**	**267**

b) Imobilizado de Uso

	30.06.2019	30.06.2018
Imóveis de uso	**63.851**	**62.732**
Terrenos	2.661	2.664
Edificações	61.190	60.068
Reavaliações de Imóveis de uso	**47.771**	**48.029**
Reavaliações de terrenos	12.915	13.095
Reavaliações de edificações	34.856	34.934
Outras imobilizações de uso	**193.551**	**190.032**
Móveis e equipamentos em estoque	708	1.173
Imobilizações em curso	16.917	26.427
Instalações, móveis e equipamentos de uso	62.950	62.140
Instalações	9.240	8.634
Móveis e equipamentos de uso	53.710	53.506
Outras	112.976	100.292
Sistema de comunicação	3.050	1.463
Sistema de processamento de dados	99.882	89.778
Sistema de segurança	9.564	8.571
Sistema de transporte	480	480
(-)Depreciações acumuladas	**(161.701)**	**(143.317)**
Total	**143.472**	**157.476**

c) Intangível[(1)]

	30.06.2019	30.06.2018
Software desenvolvido e em desenvolvimento	362.003	319.508
(-) Amortização Acumulada	(166.968)	(137.953)
Total	**195.035**	**181.555**
Total permanente	**338.774**	**339.298**

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em **31.12.2018**	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em **30.06.2019**
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	152.170	3.174	(477)	(11.395)	143.472
Intangível	194.355	15.627	(138)	(14.809)	195.035
Total	**346.792**	**18.801**	**(615)**	**(26.204)**	**338.774**

	Saldos em **31.12.2017**	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em **30.06.2018**
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	165.676	3.054	(385)	(10.869)	157.476
Intangível	174.711	19.772	(139)	(12.789)	181.555
Total	**340.654**	**22.826**	**(524)**	**(23.658)**	**339.298**

A Resolução CMN n° 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2019	**30.06.2018**
Limite para Imobilização	1.171.867	1.193.572
(-) Situação	(143.613)	(157.898)
Margem	1.028.254	1.035.674
Índice de imobilização	6,1%	6,6%

Com a vigência da Resolução CMN n° 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	**03 a 12 meses**	**Acima 12 meses**	**Total em 30.06.2019**	**Total em 30.06.2018**
À Vista	962.377	-	-	962.377	970.881
Poupança	576.202	-	-	576.202	560.891
Interfinanceiros	6.552	25.474	16.214	48.240	21.208
A Prazo	1.721.351	679.758	484.451	2.885.560	2.464.744
A prazo	332.370	678.577	483.402	1.494.349	1.286.997
Judiciais com remuneração	75.525	-	-	75.525	71.141
Especiais com remuneração	1.313.456	1.181	1.049	1.315.686	1.106.606
Sudam [(1)]	875.052	-	-	875.052	684.612
Finam	434.898	-	-	434.898	411.921
FAT (nota n° 21)	1.315	1.181	1.049	3.545	8.574
Outros	2.191	-	-	2.191	1.499
Total	**3.266.482**	**705.232**	**500.665**	**4.472.379**	**4.017.724**

Circulante				**3.971.714**	**3.492.867**
Não circulante				**500.665**	**524.857**

[(1)] Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor

da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registrou o volume de R$106.300 (R$135.084 em 30.06.2018), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 6,4% (6,6% em 30.06.2018) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	1º sem/2019	1º sem/2018
Despesas de captações c/ depósitos	**(102.710)**	**(98.323)**
A prazo	(42.002)	(39.061)
Poupança	(12.819)	(13.807)
Especiais	(36.564)	(31.774)
Interfinanceiros	(698)	(390)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(6.570)	(8.839)
Judiciais	(2.171)	(2.073)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.886)	(2.379)
Desp. de captações mercado aberto	**(3.193)**	**(3.301)**
Carteira própria	(3.193)	(3.301)
Total	**(105.903)**	**(101.624)**

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2019 é de R$49.909 (R$48.663 em 30.06.2018), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,9% a.a. (3,7% a.a. em 30.06.2018) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.06.2019			30.06.2018		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,1	7,9	27.734	2,1	8,0	30.984
BNDES Industrial	3,2	19,4	249.178	7,0	18,0	249.827
BNDES Rural	4,3	5,5	225.597	4,4	6,0	205.521
BNDES Comércio	4,8	7,0	106.131	4,7	11,0	92.922
BNDES Serviços	6,8	4,4	12.192	6,8	9,0	13.994
Finep	1,5	8,0	529	1,5	10,0	781
Finame Industrial	2,5	4,0	23.838	2,2	5,0	28.700
Finame Rural	3,4	4,6	69.982	2,7	5,0	70.299
Finame Comércio	4,3	4,7	10.023	3,7	5,0	9.740
Finame Serviços	2,0	2,8	22.859	2,3	3,0	41.060
STN OGU	1,1	2,8	26.642	1,1	1,0	27.435
Total			**774.705**			**771.263**
Circulante			**126.549**			**129.235**
Não circulante			**648.156**			**642.028**

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota n° 30.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	364	572	859	1.717	6.860	6.614	10.748	27.734
BNDES Industrial	455	4.695	352	13.238	36.214	34.666	159.558	249.178
BNDES Rural	-	2.334	-	14.228	119.583	73.120	16.332	225.597
BNDES Comércio	1.534	4.953	1.333	14.564	38.149	19.929	25.669	106.131
BNDES Serviços	244	428	214	1.714	5.139	3.970	483	12.192
Finep	6	11	17	27	130	130	208	529
Finame Industrial	569	1.244	1.698	2.955	12.389	4.728	255	23.838
Finame Rural	2.706	6.286	54	6.088	-	-	54.848	69.982
Finame Comércio	169	469	496	1.176	3.880	3.386	447	10.023
Finame Serviços	1.574	3.639	5.196	2.090	7.366	2.939	55	22.859
STN OGU	25.867	2	202	3	560	5	3	26.642
Total 30.06.2019	**33.488**	**24.633**	**10.421**	**57.800**	**230.270**	**149.487**	**268.606**	**774.705**
Total 30.06.2018	35.220	21.257	11.340	61.469	216.938	143.937	281.102	771.263

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e Repasses

	1º sem/2019	1º sem/2018
Tesouro Nacional	(17.552)	(66.431)
BNDES	(19.972)	(17.533)
Finame	(2.020)	(2.185)
Finep	(10)	(15)
Com banqueiros no exterior	(3.457)	(9.597)
Total	**(43.011)**	**(95.761)**

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R$26.642 (R$27.434 em 30.06.2018).

No período não ocorreram repasses pelo Tesouro Nacional (R$700 no 1º sem/2018). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior.

No semestre não houve recolhimento ao Tesouro Nacional (R$4 no 1º sem/2018). Foi registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R$799 (R$814 no 1º sem/2018).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2019	30.06.2018
Cobrança e Arrecadação	17.305	17.136
Câmbio	63	3.098
Sociais e estatutárias	3.686	3.681
Fiscais e previdenciárias (nota n° 13.a)	149.361	144.311
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota n° 13.b)	7.490.126	6.724.267
Diversas (nota n° 13.c)	2.569.589	2.644.986
Passivos atuariais (nota n° 13.d)	1.229.237	977.831
IECP (nota n° 13.e)	1.016.103	999.999
Total	**12.475.470**	**11.515.309**
Circulante	**8.133.585**	**7.506.171**
Não circulante	**4.341.885**	**4.009.138**

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	30.06.2019	30.06.2018
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	113.683	113.302
Impostos e contribuições a recolher	24.116	21.719
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	11.562	9.290
Total	**149.361**	**144.311**
Circulante	**25.367**	**22.381**
Não circulante	**123.994**	**121.930**

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.06.2019	30.06.2018
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) [1] (nota n° 20)	7.195.327	6.386.927
Marinha Mercante (FMM) (nota n° 22)	193.695	210.997
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota n° 19)	101.026	126.265
Outros	78	78
Total	**7.490.126**	**6.724.267**
Circulante	**7.308.232**	**6.526.111**
Não circulante	**181.894**	**198.156**

[1] Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota n° 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	30.06.2019	30.06.2018
Cheques Administrativos	**1.000**	**49**
Contrato de Assunção de Obrigações	**2**	**-**
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	**44.018**	**64.122**
Obrigações por convênios oficiais	**4.813**	**168**
Obrigações por prestação de serviços	**10**	**10**
Provisão para pagamentos a efetuar	**86.854**	**81.005**
Provisão para demandas judiciais	**943.830**	**931.410**
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota n° 14.f)	150.540	87.074
Ações cíveis (nota n° 14.f)	73.067	90.293
Ações fiscais (nota n° 14.f)	8.886	11.121
Contratos onerosos – Planos Saldados (nota n° 25.b)	680.205	707.290
Plano BD	563.868	582.830
Plano Misto	116.337	124.460
Outras contingências (nota n° 14.f)	31.132	35.632
Desvalorização de bens	350	349
Ações trabalhistas (Capaf)	30.782	35.283
Provisão para garantias financeiras prestadas	**1.447.928**	**1.517.826**
FNO Rural/Industrial (nota n° 20)	1.433.304	1.315.851
FDA (nota nº 19)	13.613	9.601
Cessão de crédito – lei n° 9.138/1995	1.006	192.369
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	**41.134**	**50.396**
Parcelas de operações de crédito- Securitização	832	24.687
Levantamento de depósitos recursais	12.000	5.389
Demais	28.302	20.320
Total	**2.569.589**	**2.644.986**
Circulante	**676.862**	**845.506**
Não circulante	**1.892.727**	**1.799.480**

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações, encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2019, o montante corresponde a R$11.283 (R$208.407 em 30.06.2018).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2018	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 30.06.2019
Risco FNO Rural (nota nº 20)	548.891	76.984	(52.835)	573.040
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	813.629	117.749	(71.114)	860.264
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	706	300	-	1.006
FDA (nota nº 19)	9.758	4.190	(335)	13.613
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	**1.372.989**	**199.223**	**(124.284)**	**1.447.928**

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2017	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 30.06.2018
Risco FNO Rural (nota nº 20)	503.419	102.544	(54.210)	551.753
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	714.508	119.907	(70.317)	764.098
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	177.420	14.949	-	192.369
FDA (nota nº 19)	9.477	599	(475)	9.601
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	**1.404.829**	**237.999**	**(125.002)**	**1.517.826**

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de "Passivos Atuariais", que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados**.**

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	30.06.2019	30.06.2018
Fundo de pensão de benefício definido	**863.943**	**705.384**
BD Liquidado (nota nº 25)	737.206	604.680
Misto Liquidado (nota nº 25)	30.010	18.420
Assistidos (nota nº 25)	96.727	82.284
Outros	**365.294**	**272.447**
Auxílio saúde (nota nº 25)	365.294	272.447
Total	**1.229.237**	**977.831**
Circulante	**85.966**	**88.258**
Não circulante	**1.143.271**	**889.573**

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R$999.999, monetizado o montante de R$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu

efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.

Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Oficio STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Oficio STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Oficio SEI STN 18/2017).

Diante do impasse, acerca da remuneração do IECP, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.

A primeira audiência com a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.

Na referida reunião, restou consignado: I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R$65.509 (R$52.636 pela remuneração e R$12.873 pela atualização).

Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor do contrato é de R$1.016.103 (R$999.999 em 30.06.2018). O valor registrado no Passivo Circulante – Outras Obrigações, no montante de R$16.104 (R$0 em 30.06.2018) corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, está registrado o valor de R$999.999 (R$999.999 em 30.06.2018) corresponde ao principal.

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Depósitos judiciais e recursais

Encontram-se registrados na rubrica “outros créditos” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.06.2019	30.06.2018
Demandas Trabalhistas	52.841	47.213
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota n° 8)	**51.935**	**46.307**

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R$14.787 (R$31.514 em 30.06.2018).

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas judiciais - Prováveis	**30.06.2019**	**30.06.2018**
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	**123.952**	**82.347**
Adições	68.937	25.587
Baixa por pagamento	(42.349)	(20.860)
Reversão da provisão	-	-
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**150.540**	**87.074**
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	**76.944**	**67.199**
Adições	18.310	35.098
Baixa por pagamento	(18.794)	(12.004)
Reversão da provisão	(3.393)	-
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**73.067**	**90.293**
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	**8.886**	**1.131**
Adições	14	10.316
Baixa por pagamento	(14)	(326)
Reversão da provisão	-	-
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**8.886**	**11.121**
Contratos Onerosos (Planos Saldados)		
Saldo no início do período	**692.187**	**722.081**
Atualização Monetária	33.500	26.945
Baixa por pagamento	(45.482)	(41.736)
Reversão da provisão	-	-
Saldo no final do período (nota n° 25.b)	**680.205**	**707.290**
Outras Contingências		
Saldo no início do período	**35.710**	**35.782**
Adições	338	576
Baixa por pagamento	(1.034)	(726)
Reversão da Provisão	(3.882)	-
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**31.132**	**35.632**
Total	**943.830**	**931.410**

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**Cont.Onerosos (Planos Saldados)**	**Outras contingências**
Até 5 anos	108.613	46.086	7.525	431.754	15.307
De 5 anos a 10 anos	26.957	17.631	888	176.405	6.876
Acima de 10 anos	14.970	9.350	473	72.046	8.949
Total	**150.540**	**73.067**	**8.886**	**680.205**	**31.132**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e não requerem provisão.

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	**30.06.2019**	**30.06.2018**
Causas Trabalhistas	20.265	19.691
Causas Cíveis (1)	128.628	105.577
Total	**148.893**	**125.268**

(1) Composto por processos classificados como revisional R$76.715 (R$37.280 em 30.06.2018), danos morais e materiais R$17.587 (R$0 em 30.06.2018), a inexistência de débito R$9.769 (R$32.572 em 30.06.2018), debêntures do Finam R$4.112 (R$4.112 em 30.06.2018), devolução de valores R$0 (R$2.100 em 30.06.2018), honorários de sucumbência R$3.836 (R$1.658 em 30.06.2018), improbidade administrativa R$2.206 (R$0 em 30.06.2018), dação em pagamento R$5.983 (R$5.983 em 30.06.2018), restrições de crédito R$0 (R$18.031 em 30.06.2018), exclusão de restritivos R$3.841 (R$3.841 em 30.06.2018), substituição de garantias R$3.856 (R$0 em 30.06.2018), anulação de contrato R$330 (R$0 em 30.06.2018), nulidade de aval R$393 (R$0 em 30.06.2018).

15 Patrimônio líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.06.2019	**30.06.2018**
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	2.008.888	1.882.486
Valor patrimonial por ação (R$) (1)	70,46	63.50
Valor de mercado por ação (R$) (2)	25,85	23,50

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.
(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 30 de junho de 2019, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R$1.623.252 (R$1.623.252 em 30.06.2018) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 30.06.2018), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	**30.06.2019**	**30.06.2018**
De domiciliados no país	29.645.499	29.645.696
De domiciliados no exterior	468	271
Total	**29.645.967**	**29.645.967**

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2019		**30.06.2018**	
	Ações	**%Total**	**Ações**	**%Total**
União	**28.405.557**	**95,8**	**28.603.557**	**96,5**
Adm.direta–Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.286.114	44,8	13.484.114	45,5
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.428.701	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	2.858.813	9,6	3.055.413	10,3
Demais	**1.240.410**	**4,2**	**1.042.410**	**3,5**
Total	**29.645.967**	**100,0**	**29.645.967**	**100,0**

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R$21.371 (R$22.326 em 30.06.2018) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R$551 (R$404 em 30.06.2018), decorrentes de depreciação e baixa transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.06.2019	30.06.2018
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.031.542	903.687
Legal	132.644	124.231
Estatutária	884.702	779.456
Especial de Lucro	14.196	-

e) Lucro por ação

	30.06.2019	30.06.2018
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas (R$/mil)	59.191	(26.212)
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro/Prejuízo por ação (R$)	1,99660	(0,88417)

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2019	30.06.2018
Ajustes de avaliação patrimonial	**(669.530)**	**(643.224)**
Títulos Disponíveis para Venda	8.830	3.424
Ajustes de Avaliação Atuarial	(678.360)	(646.648)

g) Destinação do lucro líquido

	30.06.2019	30.06.2018
Lucro Líquido	59.191	(26.212)
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(2.959)	-
Saldo após a Reserva Legal	56.232	(26.212)
Realização da Reserva de Reavaliação	551	404
Base de cálculo para distribuição	56.783	(25.808)
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(14.196)	-
Reserva Estatutária	(42.587)	-
Prejuízo Acumulado	-	(25.808)

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.06.2019		30.06.2018	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	76.210	76.210	51.029	51.029
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**76.210**	**76.210**	**51.029**	**51.029**
Adições líquidas caráter permanente	1.388	1.388	2.209	2.209
Adições líquidas caráter temporário	360.462	360.462	341.654	341.654
Lucro tributável antes compensações	**438.060**	**438.060**	**394.892**	**394.892**
Alíquotas	15%	15%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	**65.709**	**65.709**	**59.234**	**78.978**
Adicional de Imposto de Renda (10%)	43.794	-	39.477	-
Incentivos	(2.883)	-	(2.699)	-
Valores devidos	**106.620**	**65.709**	**96.012**	**78.978**
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(252)	(168)	(226)	(180)
Valores registrados em resultado antes da ativação	**106.368**	**65.541**	**95.786**	**78.798**
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(96.806)	(58.084)	(65.297)	(32.046)
Valores efetivamente registrados no resultado	**9.562**	**7.457**	**30.489**	**46.752**
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	12,5	9,8	59,7	91,6

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs

3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2019:

	31.12.2018	Constituição	Realização	30.06.2019
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	159.312	68.937	46.927	181.322
Provisão para Risco de Crédito-Banco	417.563	152.827	16.900	553.490
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.159.225	138.463	21.803	1.275.885
Auxílio pós-emprego	377.016	28.082	40.638	364.460
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	389.841	110.956	-	500.797
Planos Saldados	322.903	357.761	45.482	635.182
Provisão Caixa de Previdência	107.769	-	-	107.769
Provisão para Operações SEC I	706	300	-	1.006
Outras Provisões	117.951	16.208	19.380	114.779
Base de Cálculo	**3.052.286**	**873.534**	**191.130**	**3.734.690**
Imposto de Renda Diferido (25%)	**763.072**	**218.384**	**47.783**	**933.673**
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	159.312	68.937	46.927	181.322
Provisão para Risco de Crédito-Banco	417.563	152.827	16.900	553.490
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.159.225	138.463	21.803	1.275.885
Auxílio pós-emprego	377.016	28.082	40.638	364.460
Auxílio pós-emprego – Del 695	389.841	110.956	-	500.797
Planos Saldados	322.903	357.761	45.482	635.182
Provisão Caixa de Previdência	107.769	-	-	107.769
Provisão para Operações SEC I	706	300	-	1.006
Outras Provisões	110.918	16.208	19.380	107.746
Base de Cálculo	**3.045.253**	**873.534**	**191.130**	**3.727.657**
Contribuição Social Diferida (15%)	**456.788**	**131.030**	**28.670**	**559.149**
Total do Crédito Tributário	**1.219.860**	**349.414**	**76.453**	**1.492.821**

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2019, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2019	2020	2021	2022	2023	De 2024 a 2028	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	102.851	110.159	99.792	88.622	64.694	467.554	933.672
Crédito Tributário de C. Social	61.711	66.096	59.875	53.173	38.817	279.477	559.149
Total – Valores Nominais	**164.562**	**176.255**	**159.667**	**141.795**	**103.511**	**747.031**	**1.492.821**
Taxa média de captação a.a (%)	1,062	1,129	1,202	1,287	1,379	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	**154.955**	**156.116**	**132.834**	**110.175**	**75.062**	**-**	**-**

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R$349.548 (R$400.958 em 30.06.2018). O montante de R$18.009 (R$143.676 em 30.06.2018) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Considerando a necessidade de atualizar a perspectiva de realização relativo aos Planos Saldados de modo a adequá-lo ao prazo permitido pela Resolução CMN nº 3.059/2002, o Crédito Tributário Não Ativado, foi ajustado em fevereiro/2019, no montante de R$129.704, que corresponde à aplicação das alíquotas sobre a variação da linha de planos saldados, no valor de R$324.260.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2019	30.06.2018
Provisão FNO	425.575	337.578
Provisão Auxílio pós emprego	376.162	283.198
Provisão Planos Saldados	45.024	359.190
Outras Provisões	27.110	22.429
Total das Provisões	873.871	1.002.395
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	**349.548**	**400.958**

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

17 Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	1º sem/2019	1º sem/2018
Administração de fundos e programas	**332.731**	**325.641**
FNO (nota n° 20)	325.496	318.976
Art 19 da lei 8.167/1991	372	496
Finam (nota n° 18)	5.013	4.541
Outras - FDA	778	938
Demais rendas	1072	690
Outros serviços	**14.165**	**14.224**
Demais rendas	14.165	14.224
Sub-total	**346.896**	**339.865**
Rendas de tarifas bancárias	**64.640**	**53.074**
Pessoa física	34.203	27.305
Pessoa jurídica	30.437	25.769
Total	**411.536**	**392.939**

b) Despesas de pessoal

	1º sem/2019	1º sem/2018
Honorários	(1.502)	(2.161)
Benefícios	(36.218)	(33.408)
Encargos sociais	(66.675)	(61.406)
Proventos	(160.955)	(149.161)
Treinamento	(2.019)	(1.714)
Remuneração de estagiários	(2.591)	(2.808)
Total	**(269.960)**	**(250.658)**

c) Outras despesas administrativas

	1º sem/2019	1º sem/2018
Água, energia e gás	(6.549)	(5.646)
Aluguéis	(7.243)	(7.077)
Processamento de dados	(19.675)	(22.728)
Comunicações	(14.418)	(16.460)
Manutenção e conservação de bens	(6.032)	(6.181)
Material	(442)	(490)
Serviços de terceiros	(11.745)	(12.252)
Vigilância e segurança	(13.696)	(13.965)
Serviços do sistema financeiro	(8.030)	(8.721)
Promoções e relações públicas	(2.188)	(2.098)
Propaganda e publicidade	(2.265)	(3.104)
Publicações oficiais	(962)	(233)
Serviços técnicos especializados	(6.029)	(6.551)
Transporte	(6.981)	(9.131)
Viagens	(2.006)	(2.627)
Depreciação	(11.395)	(10.869)
Amortização	(14.809)	(12.789)
Demais despesas administrativas	(2.656)	(2.716)
Total	**(137.121)**	**(143.638)**

d) Despesas tributárias

	1º sem/2019	1º sem/2018
ISS	(3.951)	(2.961)
Cofins	(41.674)	(37.876)
PIS/Pasep	(6.772)	(6.155)
Demais tributos	(2.512)	(4.279)
Total	**(54.909)**	**(51.271)**

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	1º sem/2019	1º sem/2018
Del credere – FNO (nota n° 20)	315.922	297.179
Demais rendas operacionais	60.331	103.389
Recup. op. FNO (nota n° 20)	36.245	46.644
Rendas de *Del credere* – FDA	2.616	3.075
Receita variação taxas - FMM	8.298	8.017
Receita variação taxa câmbio	3.527	4.870
Recuperação encargos e despesas	1.518	2.401
Reversão outras prov. Operac. (nota n° 8) (*)	3.544	34.983
Multas – operações crédito geral	1.195	1.236
Rendas s/ depósito compulsório	2.598	2.044
Demais receitas operacionais	790	119
Total	**376.253**	**400.568**

(*) Em 2018 o montante é composto substancialmente por valores referentes à reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas (R$110.984) e pela reclassificação das rubricas Provisão ativos atuariais Contrato TI (R$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R$13.608), conforme detalhado na nota nº 8.

Outras despesas operacionais	1º sem/2019	1º sem/2018
Desp. de provisão–FNO (nota n° 20)	(194.732)	(222.451)
Atualiz. Ben. pós-emprego PBD e PMB	(52.029)	(53.278)
Atualização Planos Saldados (nota n° 25 b)	(33.501)	(26.946)
Passivos trabalhistas	(68.937)	(25.453)
Desp.pós-emprego–assistidos/auxílio saúde	(20.593)	(19.957)
Cessão de crédito - lei n° 9.138/1995	(300)	(14.949)
Despesas de variação de taxa FMM	(9.565)	(7.645)
Passivos cíveis/sucumbências	(10.954)	(23.985)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(3.959)	(8.756)
FDA – Provisão	(4.189)	(469)
Atualiz. operac. SEC I – Lei 9.138/1995	(2)	-
Despesa de variação taxa câmbio	(13)	(48)
Outras contingências - Fiscais	(14)	(10.316)
Grade de eventos perdas operacionais (nota n° 8)	(723)	(14.516)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(267)	(339)
Variação negativa de índices	(667)	-
Dividendos a pagar juros s/ capital	(915)	(409)
Despesas desconto concedido renegociação	(22)	(577)
Demais despesas operacionais	(2.897)	(115)
Despesas com TVM	(17)	(31)
Desp. de provisão p/ contingências - Capaf	-	(576)
Multa de órgãos oficiais	(228)	(1.202)
Outras despesas - PET (nota n° 8) (*)	-	(21.699)
Total	**(404.524)**	**(453.717)**

(*) Item comentado em outras receitas operacionais.

f) Resultado não operacional

	1º sem/2019	1º sem/2018
Receitas não operacionais	**2.114**	**629**
Lucros em transações c/ valores e bens	304	6
Outras receitas não operacionais	1.810	623
Reversão outras prov. não operacionais	917	81
Ganhos de capital	376	282
Rendas de aluguel	2	7
Juros s/Capital próprio / Dividendos recebidos	-	39
Outras rendas não operacionais	515	214
Despesas não operacionais	**(197)**	**(244)**
Perdas de capital	(4)	(29)
Outras Despesas não operacionais	(193)	(215)
Imobilizações	(191)	(151)
Diversas	(2)	(64)
Total	**1.917**	**385**

18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais. Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste período, não houve a entrada de recursos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018 (R$3.237 em 2018).

No semestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R$5.013 (R$4.541 no 1º sem/2018).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R$18.281 (R$14.962 em 30.06.2018), com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2019. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória n° 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar n° 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Neste semestre, está registrado, a título de d*el credere*, o valor de R$24.080 (R$22.725 em 30.06.2018) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em

Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R$13.613 (R$9.601 em 30.06.2018).

Neste 1º semestre de 2019, em 31 de dezembro de 2018 e no 1º semestre de 2018, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R$101.026 (R$126.265 em 30.06.2018). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20 Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º sem/2019	1º sem/2018
Taxa de administração (nota n° 17.a)	325.496	318.976
Del credere (nota n° 17.e)	315.922	297.179
Recuperação de operações (nota n° 17.e)	36.245	46.644
Remuneração do disponível (nota n° 24)	(202.872)	(170.727)
Provisão (risco compartilhado) (nota n° 17.e)	(194.732)	(222.451)

A Taxa de administração de 0,225% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O patrimônio do FNO, no montante de R$29.753.560 (R$27.077.318 em 30.06.2018), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei n° 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufere *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R$31.059 (R$27.603 no 1º sem/2018) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI n° 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R$7.169.816 (R$6.356.121 em 30.06.2018) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No semestre, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R$202.872 (R$170.727 no 1º sem/2018).

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução n° 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R$1.433.304 (R$1.315.851 em 30.06.2018) (nota n° 13.c).

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R$123.949 (R$124.527 no 1º sem/2018) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial n° 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

Neste semestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R$129.754 (R$125.014 no 1º semestre de 2018).

Apresentamos abaixo quadro da composição dos recursos do FNO:

	30.06.2019	30.06.2018
Saldo no início do período	**6.618.193**	**4.937.995**
Repasses do Tesouro Nacional	1.390.985	1.358.233
Reembolso	1.866.104	1.780.780
Valores indenizados pelo Banco	129.754	125.014
Remuneração das disponibilidades	202.872	170.728
Desembolso	(2.313.856)	(1.357.985)
Despesas operações renegociada e/ou indenizada	(27.452)	(41.040)
Despesas com taxa de administração	(347.415)	(320.424)
Despesas com *del credere*	(315.922)	(297.180)
Despesa de Auditoria	(15)	(15)
Outras Despesas	(7.921)	30.821
Saldo no final do período (nota n° 13.b)	**7.195.327**	**6.386.927**

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foi apresentada a seguir:

	30.06.2019		30.06.2018	
Nível de Risco	**Saldos**	**Provisão**	**Saldos**	**Provisão**
AA	1.614.160	-	2.266.297	-
A	8.862.273	(22.156)	6.947.580	(17.369)
B	4.889.203	(24.445)	4.694.302	(23.470)
C	2.435.678	(36.534)	2.587.282	(38.809)
D	1.207.231	(60.361)	642.802	(32.134)
E	293.136	(43.970)	571.692	(85.754)
F	251.133	(62.778)	276.651	(69.163)
G	313.726	(109.804)	227.566	(79.648)
H	2.146.669	(1.073.256)	1.939.272	(969.504)
Total	**22.013.209**	**(1.433.304)**	**20.153.444**	**(1.315.851)**

21 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), vinculado à Secretária de Trabalho do Ministério da Economia, e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em “Depósitos Especiais com Remuneração”, do grupamento de “Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no semestre, no montante de R$2.323 (R$2.400 no 1º sem/2018), conforme demonstrado a seguir:

		30.06.2019		30.06.2018	
	Taxa	Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	**117**	**2.774**	**272**	**7.820**
Proger urbano		117	2.774	272	7.820
Disponível	TMS	**36**	**771**	**46**	**1.718**
Proger urbano		36	771	46	1.718
Principal		**2.170**	**-**	**2.082**	**-**
Proger urbano		2.170	-	2.082	-
Total		**2.323**	**3.545**	**2.400**	**9.538**

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	30.06.2019		30.06.2018	
A vencer	**Valores**	**%**	**Valores**	**%**
Até 30 dias	303	8,5	1.045	12,2
De 31 a 90 dias	393	11,1	656	7,6
De 91 a 180 dias	577	16,3	916	10,7
De 181 a 360 dias	932	26,3	1.590	18,5
Mais de 1 ano	1.340	37,8	4.367	51,0
Total	**3.545**	**100,0**	**8.574**	**100,0**

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R$3.529 (R$8.072 em 30.06.2018).

22 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceira com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica “Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento”. No final deste período, o saldo totalizou R$193.696 (R$210.997 em 30.06.2018) (nota n° 13.b).

23 Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF’s), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira dos Fundos (FAC’s), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Macroinvest Gestão de Recursos Ltda e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2019	30.06.2018
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	75.924	85.227
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	318	87
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	653	39
Fundo Amazônia Credit 90	2	-
Fundo Amazônia Mix "2"	32	35
Total	**76.929**	**85.388**

Neste semestre, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referentes à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos (não ocorreu no 1º sem/2018).

24 Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º sem/2019	1º sem/2018
Honorários (nota n° 17.b)	**(1.502)**	**(2.161)**
Diretoria Executiva	(1.026)	(1.561)
Conselho de Administração	(141)	(154)
Conselho Fiscal	(95)	(114)
Comitê de Auditoria	(240)	(257)
Outros - Ajuda de Custo	-	(74)
Remuneração variável Anual	**(348)**	**(415)**
Outros benefícios [(1)]	**(38)**	**(38)**
Total	**(1.888)**	**(2.614)**

[(1)] Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R$ unitários)

	30.06.2019	30.06.2018
Diretoria - Honorários	33.262,39	38.296,10
Conselho de Administração	3.623,56	4.016,72
Conselho Fiscal	3.757,54	3.654,52

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais entidades como partes relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota n° 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).
As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a

entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota n° 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	1º sem/2019	1º sem/2018
Receitas taxa administração (nota n° 17.a)	332.731	325.641
Receita *Del credere* do FNO (nota n° 17.e)	315.922	297.179
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota n° 20)	(202.872)	(170.727)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota n° 20)	(194.733)	(222.451)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota n° 25)	(6.718)	(6.222)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf (nota n° 17.e)	(105.072)	(99.365)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.06.2019	30.06.2018
Passivos		
Depósito a Vista – OGU	-	**700**
Depósito a Prazo – FAT (nota n° 21)	**3.545**	**9.538**
Obrigações por Repasse do País (nota n° 12)	**774.705**	**771.263**
Tesouro Nacional	26.642	27.435
BNDES	620.832	593.248
Finame	126.702	149.799
Finep	529	781
Outras Obrigações	**7.490.048**	**6.724.189**
FNO (notas n°s 13 e 20)	7.195.327	6.386.927
FMM (notas n°s 13 e 22)	193.695	210.997
FDA-aplicado (notas n°s 13 e 19)	101.026	126.265
Total	**8.268.298**	**7.505.690**

25 Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 327 de 22 de abril de 2019, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25 de abril de 2019, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 976 de 16 de outubro de 2018.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

Em 05 de Abril de 2019, o Banco da Amazônia, na qualidade de patrocinador, comunicou o início do processo de transferência do gerenciamento dos planos de previdência BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia, atualmente administrados pela Capaf, para a entidade de previdência multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão Banco

do Brasil.

As propostas de alteração dos Regulamentos dos Planos, dentre outros documentos, foram submetidas à PREVIC, em 27 de Maio de 2019 e aprovado em 06 de Agosto de 2019 para migração em até 150 dias. A Capaf continuará administrando os referidos planos até que o processo de transferência seja concluído. Após isso, permanecerão na Capaf os Planos BD e Misto.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	7,1	9,9	6,8	9,6	7,7	10,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	3,2	5,7	2,8	5,3	3,8	5,9
Projeção de aumentos salariais	3,8	4,1	N/A	N/A	3,8	4,1
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	4,1	3,8	4,1		-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	4,1	-	-		-
Taxa de inflação	3,8	4,1	3,8	4,1	3,8	4,1
Expectativa de retorno ativos do plano	7,1	9,9	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II - Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio-saúde	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Taxa de rotatividade	0,7%	0,9%	0,7%	0,9%	0,7%	0,9%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **		A. Vindas **		A. Vindas **	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 20% em 2019 e 10% em 2018.

** suavizada em 30% em 2019 e 20% em 2018.

a.2) Valores reconhecidos no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(28.842)	(28.258)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(28.842)**	**(28.258)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(631)	(633)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	22.507	21.351
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(73.031)	13.918
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(51.155)**	**34.636**
Total dos componentes de benefício definido	**(79.997)**	**6.378**

	Plano Misto	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Custo do serviço		
Custo do serviço	(2)	(2)
Custo de juros líquidos	(1.066)	(830)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(1.068)**	**(832)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	537	359
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(5.167)	47
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(4.630)**	**406**
Total dos componentes de benefício definido	**(5.698)**	**(426)**

	Assistidos pelo Banco	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(3.690)	(3.636)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(3.690)**	**(3.636)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(9.138)	(322)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(9.138)**	**(322)**
Total dos componentes de benefício definido	**(12.828)**	**(3.958)**

	Auxílio-saúde	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Custo do serviço		
Custo de serviço	(2.975)	(2.333)
Custo de juros líquidos	(14.108)	(13.988)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(17.083)**	**(16.321)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(46.033)	28.534
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(46.033)**	**28.534**
Total dos componentes de benefício definido	**(63.116)**	**12.213**

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD	
	1º sem/2019	1º sem/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(658.473)**	**(612.323)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	1.263	1.267
Provisão para planos de benefício definido	(28.841)	(28.260)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(51.155)	34.636
(Passivo)/ativo reconhecido no período	**(737.206)**	**(604.680)**

	Plano Misto	
	1º sem/2019	1º sem/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(24.329)**	**(18.010)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	17	16
Provisão para planos de benefício definido	(1.068)	(833)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(4.630)	407
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(30.010)**	**(18.420)**

	Assistidos pelo Banco	
	1º sem/2019	1º sem/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(87.747)**	**(82.362)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	3.848	4.036
Provisão para planos de benefício definido	(3.690)	(3.636)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(9.138)	(322)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(96.727)**	**(82.284)**

	Auxílio-saúde	
	1º sem/2019	1º sem/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(307.350)**	**(290.532)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	5.172	5.871
Provisão para planos de benefício definido	(17.083)	(16.321)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(46.033)	28.535
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(365.294)**	**(272.447)**

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(773.433)**	**(715.874)**
Benefícios pagos pelo plano	24.320	23.079
Custo de juros	(33.876)	(33.038)
Remensurações de perdas atuariais	(93.879)	17.789
Decorrentes de ajuste de experiência	(405)	(9.316)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(93.474)	27.105
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(876.868)**	**(708.044)**

	Plano Misto	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(74.196)**	**(68.645)**
Benefícios pagos pelo plano	3.169	4.158
Custo de juros/serviço corrente	(3.254)	(3.172)
Remensurações de Perdas atuariais	(10.332)	96
Decorrentes de ajuste de experiência	(763)	(2.636)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(9.569)	2.732
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(84.613)**	**(67.563)**

	Assistidos pelo Banco	
	1º sem/2019	1º sem/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(87.747)**	**(82.362)**
Benefícios pagos pelo plano	3.848	4.036
Custo de juros	(3.690)	(3.636)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(9.138)	(322)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.787)	(2.772)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(7.351)	2.450
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(96.727)**	**(82.284)**

	Auxílio-saúde	
	1º sem/2019	**1º sem/2018**
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(307.350)**	**(290.532)**
Benefícios pagos pelo plano	5.172	5.871
Custo do serviço corrente	(2.975)	(2.332)
Custo de juros	(14.108)	(13.988)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(46.033)	28.534
Decorrentes de ajuste de experiência	28.524	14.913
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(74.557)	13.621
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(365.294)**	**(272.447)**

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(613.495)	(582.667)	(609.349)	(586.143)	(597.543)
Superávit/(déficit) do plano	**(613.495)**	**(582.667)**	**(609.349)**	**(586.143)**	**(597.543)**
Variação na obrigação atuarial	2,67%	(2,49%)	1,98%	(1,91%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,67%	(2,49%)	1,98%	(1,91%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(286.782)	(272.372)	(284.844)	(273.996)	(279.325)
Superávit/(déficit) do plano	**(286.782)**	**(272.372)**	**(284.844)**	**(273.996)**	**(279.325)**
Variação na obrigação atuarial	2,67%	(2,49%)	1,98%	(1,91%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,67%	(2,49%)	1,98%	(1,91%)	

	Plano Misto				
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente da obrigação atuarial	(86.593)	(82.763)	(86.383)	(82.906)	(84.613)
Valor justo dos ativos do plano	24.592	24.592	24.592	24.592	24.592
Superávit/(déficit) do plano	**(62.001)**	**(58.171)**	**(61.791)**	**(58.314)**	**(60.021)**
Variação na obrigação atuarial	2,34%	(2,19%)	2,09%	(2,02%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,30%	(3,08%)	2,95%	(2,84%)	

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente da obrigação atuarial	(100.405)	(93.338)	(98.070)	(95.421)	(96.727)
Superávit/(déficit) do plano	**(100.405)**	**(93.338)**	**(98.070)**	**(95.421)**	**(96.727)**
Variação na obrigação atuarial	3,80%	(3,50%)	1,39%	(1,35%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,80%	(3,50%)	1,39%	(1,35%)	

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(372.831)	(358.259)	(381.681)	(350.702)	(365.294)
Superávit/ (déficit) do plano	**(372.831)**	**(358.259)**	**(381.681)**	**(350.702)**	**(365.294)**
Variação na obrigação atuarial	2,06%	(1,93%)	4,49%	(3,99%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,06%	(1,93%)	4,49%	(3,99%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(6.410)
Custo de juros líquidos	(46.962)	(1.735)	(5.921)	(23.739)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(46.962)**	**(1.739)**	**(5.921)**	**(30.149)**
Montantes esperados período seguinte–Normais	2.621	34	7.989	10.738
Total dos pagamentos esperados para o plano	**2.621**	**34**	**7.989**	**10.738**

a.7) Categorias dos Ativos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial
Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

Plano BD	30.06.2019	30.06.2018
Valor da Obrigação no início do período	658.473	612.323
Atualizações	102.133	17.827
(-) Valores Pagos	(23.400)	(25.470)
Saldo no final do período (nota n° 13.d)	**737.206**	**604.680**

Plano Misto	30.06.2019	30.06.2018
Valor da Obrigação no início do período	24.329	18.010
Atualizações	5.681	410
Saldo no final do período (nota n° 13.d)	**30.010**	**18.420**
Total BD e Misto	**767.216**	**623.100**

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	30.06.2019	30.06.2018
Valor da Obrigação no início do período	692.187	722.081
Atualizações - Resultado (nota nº 17.e)	33.501	26.946
(-) Valores Pagos	(45.483)	(41.737)
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**680.205**	**707.290**

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	1º sem/2019	1º sem/2018
Liquidados - BD e Misto	(1.659)	(1.588)
Prev-amazônia	(5.059)	(4.634)
Total (nota n° 24.b)	**(6.718)**	**(6.222)**

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.06.2019	30.06.2018
Saldados	680.205	707.290
Liquidados	767.216	623.100
Assistidos	96.727	82.284
Auxílio Saúde	365.294	272.447

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. A última movimentação foi em 28.11.2018, onde o órgão Ministerial foi intimado da decisão.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respaldado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, o processo teve andamento, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, em reconsideração, revogou a tutela e determinou a manifestação das partes. Dessa decisão, a União interpôs recurso, ainda não analisado. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. O processo encontra-se concluso com o Relator.

A provisão do plano BD, existente no final do 1º semestre, totalizou R$737.206, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R$647.690;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R$89.516;

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R$647.690, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do semestre R$597.543;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do semestre R$50.147.

Composição da provisão existente ao final do semestre para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R$737.206;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) – R$30.010;
- Total da Provisão – R$767.216.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no semestre, o montante de R$23.400 (R$25.470 no 1º sem/2018).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R$ unitários)

	30.06.2019	30.06.2018
Menor Salário	2.499,91	230,86
Maior Salário	26.195,34	24.947,94
Salário Médio	4.668,62	7.424,87

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de 12,912 bilhões, representando 85,77% do portfólio total de R$15.054 bilhões (R$11.898 bilhões, 87,1% do portfólio de R$13.656 bilhões em 30.06.2018). A maioria dos recursos, 62,7% (62,3% em 30.06.2018), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

O Gerenciamento de risco de crédito no Banco da Amazônia visa garantir que a aplicação dos recursos próprios e dos recursos administrados em nome de terceiros, de natureza orçamentária ou não, seja efetuada de maneira eficiente, para a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos. Busca também atuar de forma a se obter razoável certeza de que esses créditos proporcionarão: melhoria da qualidade de crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; a maior transparência do processo creditício; e a eficácia no processo de análise e decisão creditícia.

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. Os empréstimos e financiamentos devem manter relação adequada com o Patrimônio de Referência da Instituição. No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco e do FNO Risco compartilhado distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, vista as diretrizes de Basiléia III e da Resolução Bacen nº 4.557/2017, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2019, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R$ 3.994 milhões e R$2.022 milhões (R$6.549 milhões e R$4.961 milhões em 30/06/2018), consumindo 30,9% e 22,3% do limite de referência, respectivamente (51,6% e 55,5% em 30/06/2018). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

O Índice de Basiléia (Índice de Adequação de Capital) é calculado de acordo com o estabelecido nas resoluções do CMN 4.192/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e 4.193/2013 (cálculo dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2019	30.06.2018
Patrimônio de Referência (PR)	**2.343.860**	**2.387.269**
PR Nível I	**2.343.860**	**2.387.269**
Capital Principal	**2.343.860**	**2.387.269**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**19.629.359**	**17.960.925**
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	15.429.096	14.154.049
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	192.452	179.607
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	4.007.811	3.627.269
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido (1)	883.321	808.242
PR Nível I Mínimo Requerido (2)	1.177.761	1.077.656
PR Mínimo Requerido (3)	1.570.349	1.549.130
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.460.539	1.579.028
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.166.099	1.309.614
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	**11,9%**	**13,3%**
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	**11,9%**	**13,3%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**11,9%**	**13,3%**

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.
(3) Em 30/06/2019, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0% e em 30.06.2018, a 8,6%.

28 Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de MtM Estressado e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R$3,8322 em 30/06/2019 (R$3,87 em 30/06/2018) e a taxa DI de 1 ano no nível de 6,4% a.a (6,4% a.a em 30/06/2018).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R$4,7903 em 30/06/2019 (R$4,84 em 30/06/2018), e a taxa DI de 1 ano no nível de 8,0% a.a. (8,0% a.a em 30/06/2018), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R$5,7483 em 30/06/2019 (R$5,81 em 30/06/2018) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 9,6% a.a. (9,59% a.a em 30/06/2018), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		30.06.2019			30.06.2018		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	**Definição**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	1.446	(3.979)	(6.953)	(24)	0	0
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	551	111.175	138.534	5.027	(43.505)	(75.300)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	26	(37.083)	(67.522)	(41)	(41.830)	(73.562)
Total		**2.023**	**70.113**	**64.059**	**4.962**	**(85.335)**	**(148.862)**

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R$70 milhões correspondente ao estresse de 25% sobre o cenário normal de mercado (R$148 milhões correspondente ao estresse de 50% em 30/06/2018).

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,97% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

29 Demonstração do resultado abrangente

	1º sem/2019	1º sem/2018
Resultado líquido do Período	**59.191**	**(26.212)**
Outros Resultados Abrangentes	**(103.275)**	**47.163**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(104.194)	46.428
Próprios – TVM Ajuste	6.762	(16.826)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(110.956)	63.254
Realização da Reserva de Reavaliação	919	735
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	**114.915**	**(23.369)**
Sobre a marcação a mercado	(2.705)	6.731
Sobre a realização da reserva	(367)	(331)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	44.382	(29.769)
Sobre os Planos Saldados	73.605	-
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	11.640	23.794
Resultado Abrangente do Período	**70.831**	**(2.418)**

30 Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2019	30.06.2018
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	11.176.260	10.162.998
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural (nota nº 13.c)	11.283	208.407
Total	**11.187.543**	**10.371.405**

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R$151.173 (R$151.408 em 30.06.2018), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC – PA Reg. 011298/O

KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém – PA

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 30 de junho de 2019, valor líquido de passivo de benefício definido no montante de R$ 767.216 mil (R$ 623.100 mil em 30 de junho de 2018) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R$ 169.673 mil (R$ 121.784 mil em 30 de junho de 2018) levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado.

Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para desconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefício definido (BD) e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R$ 767.216 mil, R$ 30.782 mil e R$ 278.190 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2019 (R$ 623.100 mil, R$ 35.283 mil e R$ 190.162 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2018) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R$ 52.029 mil para o semestre findo em 30 de junho de 2019 (R$ 53.278 mil para o semestre findo em 30 de junho de 2018) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 30 de junho de 2019, no montante de R$ 123.589 mil (R$ 106.915 mil em 30 de junho de 2018).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Desfecho de ações referentes à liquidação dos planos de benefício
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 25 de abril de 2019, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

  Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.f, 7 e 20, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e das provisões para fazer face ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 são de R$ 325.526 mil e de R$ 1.433.304 , respectivamente, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, de forma que a provisão para créditos de liquidação duvidosa represente a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância do saldo das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão necessária para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

  Como nossa auditoria conduziu esse assunto

  Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos *ratings* das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos, também, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas, estão de acordo com as regras aplicáveis.

  Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

- **Valor de mercado de instrumentos financeiros**

  O Banco possui o montante de R$ 11.574.780 mil, apresentado nas demonstrações financeiras, de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares n° 3.068/2001 e n° 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas nºs 3.e e 6. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a

julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas pode resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados do processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a aprovação, classificação, marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores registrados e divulgados. Com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações de toda a carteira. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nºs 3.e e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

- **Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas**
Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3.m e 14 das demonstrações financeiras, o Banco constituiu provisão no valor total de R$ 263.275 mil para demandas judiciais e/ou administrativas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados em que é provável o desembolso financeiro e o valor pode ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes, de mensuração massificada, são provisionados considerando as causas semelhantes e usuais, cujo valor não seja individualmente relevante segundo parâmetro estatístico. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, considerando a opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes, inclusive para as causas individualmente significativas. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração e divulgação das Provisões para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave do Banco relativos à aprovação do cálculo das provisões e executamos procedimentos que incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, suficiência da provisão, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Obtivemos confirmações externas com advogados contratados pelo Banco, bem como avaliamos os valores envolvidos e probabilidade de perda ou êxito indicada pelos seus assessores jurídicos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no

contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

- **Realização de ativos fiscais diferidos**
  Conforme descrito na nota explicativa nº 16, as demonstrações financeiras do Banco incluem ativos fiscais diferidos no montante de R$ 1.492.821 mil, substancialmente oriundos de diferenças temporárias, cuja constituição e realização estão suportadas por estudo técnico que demonstra as estimativas de capacidade de realização futura. Devido ao grau de julgamento envolvido nas definições das premissas utilizadas e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

  Como nossa auditoria conduziu esse assunto
  Analisamos o estudo técnico de realização dos créditos tributários disponibilizado pelo Banco. Adicionalmente, examinamos, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como desfechos de processos judiciais, estimativa da efetivação de perdas e recuperação de operações de créditos, entre outros fatores. Também, efetuamos recálculo matemático dos valores incluídos no estudo técnico que suportam os créditos tributários. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

  Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos fiscais diferidos e divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da

administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente devido à não conclusão, pela Administração do Banco, dos cálculos do potencial desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas quando do desfecho da ação judicial e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefícios. Consequentemente, exceto quanto à referida limitação de escopo, não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 13 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4

BANCO DA AMAZÔNIA
COAUD

RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL - 1º SEMESTRE DE 2019

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 17 da Resolução CMN nº 3.198/2004 e no parágrafo 2º do artigo 6º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 1º/01/2019 a 30/06/2019.

Ressalvado o escopo de sua atuação e com suporte nas informações recebidas no regular exercício de suas atribuições, o COAUD destaca que o lucro líquido do Banco alcançado no semestre pode ser considerado positivo, tendo em vista o cenário de baixa atividade econômica ainda presente.

Persiste o regime de Intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Remanesce, pois, a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com significativo impacto no resultado operacional do Banco, seu patrocinador.

O Banco permanece enquadrado em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservador em relação aos riscos de liquidez e de mercado, mais bem consolidado com referência ao risco operacional e ao risco de crédito, geridos de maneira integrada.

Não chegaram ao conhecimento do COAUD informações que comprometessem a probidade em relação à administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), a gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.

O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares. Mantém, no endereço eletrônico https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/relacao-investidores/governanca-corporativa, canal para recebimento de informações acerca do descumprimento de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição.

Implementando seu plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o COAUD promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia, ouvidoria, além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de assembleias de acionistas.

Na interação com as auditorias interna e independente, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados, respectivas conclusões e recomendações. Avaliou a implementação das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização, que vêm sendo cumpridas pela Administração. Identificada necessidade de melhorias, sugeriu ao Conselho de Administração a recomendação de aprimoramentos. Revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e avaliou o Relatório do Auditor Independente com data-base de 30/06/2019.

Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento, e respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD constatou que o sistema de controles internos apresentou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco da Amazônia; a Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade; a Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.

Além disso, as demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e refletem, com a justificada ressalva dos auditores independentes, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data, razão pela qual recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 13 de agosto de 2019.

Wagner Ormanes	*Carlito Silvério Ludwig*	*Clenio Severio Teribele*
Membro	Coordenador	Membro

BANCO DA AMAZÔNIA

CONSELHO FISCAL

PARECER CF Nº 2019/003.

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2019.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre pela administração da instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes sobre o referido semestre, e após os exames efetuados sobre as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2019, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 30 de junho de 2019, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir das limitações e ressalvas constantes do mencionado parecer, sobre a CAPAF.

Brasília (DF), 13 de agosto de 2019.

ROGERIO GABRIEL NOGALHA DE LIMA
Presidente

MÁRCIA RIBEIRO ABREU
Conselheira

ANTONIO LEONARDO SILVA LINDOSO
Conselheiro

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

BANCO DA AMAZÔNIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2019/004

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A, em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Relatório dos Auditores Independentes, de 13/08/2019, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição referentes ao primeiro semestre do exercício de 2019, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir da ressalva apontada no Parecer dos Auditores Independentes, relacionados à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, tomou conhecimento do Relatório da Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, manifestando-se favorável à sua aprovação.

Brasília (DF), 13 de agosto de 2019

CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAÚJO
Presidente

FÁBIO RIBEIRO SERVO
Conselheiro

VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE
Conselheiro

GENIVAL FRANCISCO DA SILVA
Conselheiro

INÁLIO VIEIRA CRUZ
Conselheiro

BANCO DA AMAZÔNIA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, e em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do 2º trimestre 2019 (ITR), relativas ao período findo em 30 de junho de 2019, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 13 de agosto de 2019.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

BANCO DA AMAZÔNIA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 do Banco da Amazônia S.A, não havendo qualquer discordância, e ratificamos que a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução do item ressalvado.

Belém (PA), 13 de agosto de 2019.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

CONSELHO DE ADMINSTRAÇÃO

Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente

Fábio Ribeiro Servo
Conselheiro

Genival Francisco da Silva
Conselheiro

Valdecir José de Souza Tose
Conselheiro

Inálio Vieira Cruz
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Rogério Gabriel Nogalha de Lima
Presidente

Márcia Ribeiro Abreu
Conselheiro

Antonio Leonardo Silva Lindoso
Conselheiro

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA

Carlito Silvério Ludwig
Coordenador

Wagner Ormanes
Membro

Clenio Severio Teribele
Membro

CONTADORA

Valeida Neila Pessoa de Souza
CRC-PA 011298/O